



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

---

**CULTURA**

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS,  
BIBLIOTECAS E ARQUIVOS.  
MAPEAMENTO 2030**



## Índice

PREÂMBULO.....	3
I. O SETOR MUSEOLÓGICO DA REGIÃO CENTRO. BREVE DIAGNÓSTICO .....	10
1. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	11
2. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	23
II. PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030 .....	27
1. INTRODUÇÃO .....	27
2. REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS E TRANSIÇÃO DIGITAL .....	30
2.1. Linhas de Investimento .....	32
2.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade.....	33
2.3. Mapeamento de Projetos de Requalificação de Museus.....	35
3. NOVOS MUSEUS E RESERVAS MUNICIPAIS DE ARQUEOLOGIA .....	46
3.1. Linhas de Investimento .....	49
3.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade.....	50
3.3. Mapeamento de Projetos de criação de novos Museus .....	52
4. REQUALIFICAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS .....	58
4.1. Linhas de Investimento .....	58
4.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade.....	59



**Fragmento de uma lápide funerária romana**

Este fragmento de pedra calcária, provavelmente granítica, apresenta inscrições em latim. O texto é fragmentado devido ao estado de conservação da peça. A inscrição remonta ao século I d.C. e foi encontrada na Quinta do Corgos, Carinhoso, no Município da Covilhã.



**Ara dedicada a Júpiter**

Este fragmento de pedra calcária, provavelmente granítica, apresenta inscrições em latim. O texto é fragmentado devido ao estado de conservação da peça. A inscrição remonta ao século I d.C. e foi encontrada na Quinta do Corgos, Carinhoso, no Município da Covilhã.



**Lápide funerária de Avita (réplica tátil)**

Granito  
Século I (datação provável)  
Quinta do Corgos, Carinhoso  
Museu Nacional de Arqueologia

**Transcrição:**  
AVITAE LVCI(II) F(iliae) / L(Lucius) VAL(erius) SATVRNINVS / ET TVSCA AVITI F(ilia) / M(ater) TVSCAE

**Tradução:**  
A Avita, filha de Lúcio, Lúcio Valério Saturnino e sua esposa Tuscana, mandaram fazer a mãe.

© José Paulo Ruas - Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGF) / Tradução e transcrição de Leite de Vasconcelos



## PREÂMBULO

Em setembro de 2020, a Direção Regional de Cultura do Centro propôs à Região a “Estratégia Regional de Cultura 2030” assente em três eixos estruturantes:

### **CULTURA - CRIATIVIDADE - RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS**

Para a elaboração desta estratégia foram considerados um conjunto de estudos e documentos de referência no âmbito das Políticas Públicas para a Cultura, nomeadamente, o estudo “CULTURA NO PÓS-CENTRO 2020”, realizado pelo Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, para a Direção Regional de Cultura do Centro, que mobilizou e auscultou três tipologias de entidades: os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e os Agentes Culturais da Região Centro. Deste estudo resultou a visão global da região sobre si própria, mas também, e a esse tempo, as expectativas de investimento, no domínio da cultura, dos diferentes players e territórios no horizonte de dez anos (2020-2030).

De igual modo, foram considerados documentos como o Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023, a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, a “Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024”, as “Estatísticas de Cultura 2018” e as “Estatísticas Culturais Europeias. Emprego no Setor Cultural”, o “Culture and Creative Sectors in the European Union – Key future developments, challenges and opportunities”, “The Impact of the COVID-19 pandemic on the Cultural and Creative Sector”, “Uma nova Agenda para a Cultura”, entre tantos outros.

A Estratégia Regional de Cultura 2030 construiu, assim, um referencial de investimento assente em necessidades e prioridades concretas, estruturado em quatro grandes objetivos estratégicos para os próximos dez anos, de onde derivam um conjunto específico de ações prioritárias que sectorialmente visam dar resposta às principais dificuldades/fragilidades da região, a saber:

- **Património. REABILITAR**
- **Museus. MODERNIZAR**
- **Conteúdos. CRIAR**
- **Acesso. DEMOCRATIZAR**

Com o presente documento, pretende-se apresentar os investimentos a prever no contexto do eixo estratégico **MUSEUS. MODERNIZAR**.



Devemos referir que este eixo estratégico teve em conta e encontra-se alinhado com algumas das tendências de futuro com impacto no setor museológico, que foram sistematizadas no Relatório Final do Grupo de Projeto “Museus no Futuro”<sup>1</sup>, a saber,

1. **CONFIANÇA E BEM-ESTAR**, sendo evidenciada a constatação do “impacto dos museus e dos monumentos na qualidade de vida, na melhoria da saúde física e mental, na promoção da autoconfiança e do empoderamento, no reforço do sentimento de pertença, na participação cidadã e na inspiração da criatividade e da curiosidade”. Nestes termos, o Relatório sugere que a “compatibilização de **temas emergentes, como o bem-estar, a felicidade e a justiça social, com as áreas do hardware dos museus e monumentos**, como as reservas, a renovação de edifícios e as exposições permanente, [que] vão requerer flexibilidade e uma eventual mudança de foco” (pg.12). Dentro desta tendência é ainda salientado o papel dos museus “no contexto global da **desinformação e pós-verdade, em que os museus podem contribuir para a distinção entre verdade e ficção**” (pg.12).
2. **MUTAÇÕES DEMOGRÁFICAS**, sendo referido que “as potencialidades do envelhecimento ativo e o aumento dos níveis de escolaridade dos públicos seniores evidenciam um possível incremento do número e proporção de públicos idosos em voluntariado e nas associações dos ‘grupos de amigos’ e uma eventual maior participação nas atividades programadas” (pg.13). Deste modo, acrescenta o relatório, torna-se necessário dar respostas do ponto de vista da saúde mental da população sénior (e diríamos, mesmo, de qualquer outra faixa etária), o que implicará **incrementar as condições de base dos museus em termos de instalações, comunicação, acessibilidade integrada (física, sensorial e cognitiva), programas de mediação específicos e adequados (atendendo também ao aumento dos níveis de formação da população)**. Por outro lado, este relatório assinala a necessidade de dar resposta a outras camadas populacionais, nomeadamente, a mais jovem, mas também grupos socialmente desfavorecidos e grupos de migrantes e refugiados (fenómeno a que os museus, enquanto espaços de inclusão e promoção do diálogo intercultural, não podem ser alheios) que exigem “estratégias engenhosas dos serviços de mediação cultural (...), entre as quais a construção de novas narrativas, a comunicação *online* e a potenciação de parcerias”. Como conclui o Relatório, “face a estas realidades, **os museus e monumentos serão chamados a aprofundar o desenvolvimento das**

---

<sup>1</sup> Disponível para consulta em [Relatório do Grupo de Projeto Museus no Futuro - versão final \(culturaportugal.gov.pt\)](https://culturaportugal.gov.pt)



**políticas orientadas para a diversificação dos públicos, visando o aumento do acesso e a minoração das desigualdades sociais**, não apenas entre a população nacional, mas também a imigrada” (pg.13).

3. **TURISMO**, verificando-se já fortes sinais de recuperação da atividade turística no pós-pandemia, é da maior relevância, não apenas consolidar os públicos nacionais com estratégias sólidas de captação de público para os museus (recuperando e aumentando o seu interesse e motivação para visitar Museus e Monumentos) como, acrescenta o Relatório, aproveitar “esta oportunidade para corrigir ou atenuar disfunções e assimetrias (...), tanto ao nível das situações específicas de **gestão da capacidade de carga das instalações, como de diversificação dos fluxos de visitantes no território e de incremento da atratividade dos museus e monumentos localizados fora das centralidades**”, acompanhando assim a tendência já registada de “privilegiar destinos seguros e sustentáveis, com uma oferta diferenciadora, menos massificada e potencialmente associada à redescoberta de locais menos conhecidos” (pg.14) mas, acrescentamos nós, altamente qualificados e qualificadores.
  
4. **TECNOLOGIAS DIGITAIS**, sendo referido que fruto da intensa evolução social e tecnológica os museus deverão recorrer “cada vez mais à utilização de plataformas digitais e de soluções e dispositivos variados de comunicação para potenciar o acesso às coleções e à programação, em contexto físico e digital, e de forma articulada”, perspetivando-se “a **potenciação de serviços associados aos smartphones e a apps e o desenvolvimento de serviços online**, nomeadamente, a aquisição de bilhetes e de produtos das lojas”, mas de igual modo, o uso de “**realidade aumentada, realidade virtual, impressão 3D, robótica, blockchain e inteligência artificial**” (pg14).
  
5. **PARTICIPAÇÃO**, o desenvolvimento de projetos colaborativos e estratégias participativas (no âmbito das quais as comunidades assumem o protagonismo da ação) são uma das tendências mais significativas no domínio cultural, observando-se, refere o Relatório, “a multiplicação das práticas que extrapolam os limites físicos do museu, a utilização da rua e de locais públicos para intervenções temporárias e a promoção de experiências”. A consequência direta destes



processos prende-se, assim, com **“a mudança da noção de visitante para a de usufrutuário e de coprodutor [que] acarretará a participação crescente em número e em atividades dos públicos**, das pessoas e das comunidades, em contexto físico e digital, por exemplo, em diferentes formas **de voluntariado, seleção e curadoria de exposições, investigação partilhada, inventários participativos, participação em grupos consultivos, financiamento (e.g. *crowdfunding*) e governança participativa”** (pg.15). Por outro lado, e não menos relevante, esta mudança implica também o desenvolvimento de “entidades patrimoniais (...) adaptáveis às demandas sociais, grupais e individuais e capazes de **usar as suas coleções e exposições para abordar temas da atualidade”** (pg.15).

6. **SUSTENTABILIDADE**, sendo a emergência climática uma das questões mais prementes no presente e no futuro da Humanidade, o Relatório evidencia a necessidade dos museus afirmarem-se como ‘parte da solução e não do problema’, referindo que **“as intervenções no património edificado, com atenção à eficiência energética e à redução do consumo de água, redução de resíduos, eliminação do plástico de uso único, ou à promoção de estacionamento de bicicletas** no exterior das instalações são alguns exemplos de medidas de sustentabilidade ambiental a desenvolver e a ampliar”. Indo ainda mais longe, o Relatório propõe que os museus adotem **práticas de gestão responsável e sustentáveis** que “serão sensíveis ao impacto dos seus visitantes no meio ambiente, farão uma gestão de coleções de modo a valorizá-las para as próximas gerações, contribuirão para a vitalidade social, cultural e económica do território onde se inserem, desenvolverão um planeamento estratégico de longo prazo e colaborarão com outros museus e monumentos e entidades em parcerias, possíveis fusões organizacionais e redes com perspetivas temporais alargadas” (pg.16). Mas o compromisso dos Museus com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a próxima década não se prende apenas com o seu modelo de funcionamento, mas também com o **papel educativo e sensibilizador que deve assumir, cabendo-lhe, igualmente, a “promoção de uma maior consciencialização ambiental**, contribuindo, junto dos públicos, como mediadores pedagógicos para o desenvolvimento de comportamentos e atitudes responsáveis”, para a construção de conhecimento e para promoção de competências (pg.16).



Se estas macrotendências vão influenciar substantivamente o desenvolvimento futuro da nossa sociedade e se terão, por esta razão mesma, impacto nas organizações culturais, torna-se evidente que apenas Museus, Bibliotecas e Arquivos devidamente (re)qualificados terão capacidade para dar resposta a estes grandes desafios e consequentemente assegurar a sua sobrevivência nesse mesmo futuro.

Deste modo, este é o tempo para criar as condições necessárias para o desenvolvimento de um setor cultural – museus, bibliotecas e arquivos - robusto, qualificado e qualificante, que possa cumprir verdadeiramente a sua missão social e cultural, contribuindo para a tão desejada coesão territorial.

Com o presente “**PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030**” pretende-se identificar as necessidades e propor programas de investimento no contexto do próximo Quadro Plurianual de Investimentos 2021-2027 que possam dar uma resposta estruturada às principais necessidades de requalificação, de modo a preparar estas relevantes instituições culturais para o futuro.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

## **I. O SETOR MUSEOLÓGICO DA REGIÃO CENTRO. BREVE DIAGNÓSTICO**



## I. O SETOR MUSEOLÓGICO DA REGIÃO CENTRO. BREVE DIAGNÓSTICO

Entre janeiro e abril de 2022, a DRCC realizou um diagnóstico prévio ao setor museológico da Região Centro que partiu da resposta a dois inquéritos - Inquérito “**Projetos de Requalificação Museológica**” e Inquérito “**Novos Projetos Museológicos**” - enviados aos Municípios e demais tutelas. Em conjunto, estes inquéritos pretenderam realizar uma avaliação/análise das condições atuais de funcionamento dos Museus existentes e, a esse tempo, identificar necessidades de investimento ao nível da requalificação das estruturas museológicas e/ou novos projetos museológicos devidamente identificados nas estratégias municipais de cultura.

Devemos referir que foram contabilizadas **85 respostas ao inquérito relativo a “Projetos de Requalificação Museológica”** e **40 respostas ao inquérito “Novos Projetos Museológicos”**, num total de **125 inquéritos respondidos**.

Cada um dos inquéritos era composto por um conjunto diverso de questões que pretenderam no seu conjunto radiografar, de forma precisa, a realidade do tecido museológico da Região Centro, sendo de assinalar que se a diversidade de respondentes (tipologia temática e dimensão das instituições e dispersão geográfica) torna a amostra particularmente significativa, a qualidade e/ou precisão das respostas dadas não fornece, em toda a sua extensão, o grau de profundidade e análise que se pretendia.

Pese esta circunstância, e do conhecimento que temos sobre o setor museológico do País, os resultados obtidos não se afastam substantivamente da realidade mais ou menos documentada a nível nacional, registando-se globalmente um significativo **desinvestimento em recursos financeiros, técnicos e tecnológicos e, sobretudo, em recursos humanos** que justifica, na maior parte dos casos, a maior ou menor qualidade das instituições e consequentemente a sua maior ou menor relevância cultural e científica e a sua maior ou menor capacidade para assumir plenamente o cumprimento das suas funções museológicas.

No contexto do presente “**PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030**” que pretende elencar o conjunto de medidas de investimento adequadas à requalificação do setor museológico da Região Centro, apresenta-se seguidamente o diagnóstico que resulta da análise dos inquéritos, que fundamentará a definição concreta das ações estratégicas e linhas de investimento a implementar ao longo da próxima década.

## **1. ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES**

Dos 82 museus que responderam ao inquérito, 12 (14,6%) estão credenciados ou em vias de credenciação na Rede Portuguesa de Museus.

Tipologicamente, 50% das instituições respondentes são Museus, 13,4% são Centros Interpretativos, 12,2% são Núcleos Museológicos e 24,4% são uma Coleção Visitável.

Tematicamente, foram identificadas sete incidências, a saber, museus de história e arqueologia (25,6%), museus etnográficos (24,5%), de arqueologia industrial (9,8%), de arte sacra (6,3%), de ciência (4,9%), de arte (8,6%) e misto ou pluridisciplinar (20,8%)

### **HORÁRIOS**

Mais de 90% dos museus da Região Centro praticam horários de abertura ao público situados entre as 9h00 e as 18h00. Destes, cerca de 83,9% dos museus encerram durante o período de almoço, variando este período entre as 12h30 e as 15h00.

Será de salientar, contudo, que 30,5% dos museus funcionam apenas de segunda a sexta-feira, 21,6% dos museus estão encerrados aos domingos e, finalmente, 19,5% dos museus funcionam apenas por marcação.

4,9% dos museus encontram-se temporariamente encerrados.

### **INGRESSOS**

62,2% dos museus respondentes têm entrada gratuita.

Dos museus que cobram ingresso, 21,9% cobra entradas entre 1€ e 2€ (Bilhete Geral), 12,2% entre os 2€ e os 4€ e 3,7% apresenta um bilhete com custo igual ou superior a 4€.

Os museus que cobram entradas disponibilizam descontos, sendo de mencionar: Gratuito para crianças (variável entre os 12 e os 14 anos); Descontos na ordem dos 25% para Jovens até aos 25 anos e de 50% para Seniores (idade igual ou superior a 65 anos).



## COMUNICAÇÃO

*O museu utiliza, sempre que possível, novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, na divulgação dos bens culturais e das suas iniciativas (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 39º, alínea 2).*

Apesar da comunicação e divulgação do Museu ser uma das áreas de maior relevância para a afirmação, visibilidade e notoriedade da instituição e, por conseguinte, para a captação de novos públicos, verifica-se nos museus respondentes que **apenas 21,2 % dos museus possuem website próprio** (18 museus). Em 74,1% dos casos, a informação sobre o museu está integrada no *website* da tutela (63 museus) e em 4,7% (4 museus) não há qualquer website, uma vez que as respetivas tutelas não possuem site.

Paralelamente, **cerca de 27% dos museus da Região Centro não possuem qualquer rede social** e, dos que possuem, cerca de 60% encontra-se presente apenas numa única rede social, sendo o Facebook a mais predominante. Assinale-se, contudo, que 2,5% dos museus indicaram ter quatro redes sociais ativas.

Quando questionados sobre o modo como comunicam com os diferentes públicos, **57,3% sinalizou a resposta “Não existe / Não se aplica”**; 15,9% dos respondentes refere “apenas pelas redes sociais” e 21,9% menciona “Através de redes sociais e com os departamentos de comunicação dos Municípios”. 4,9% dos museus refere “Outros Meios” sem, contudo, especificar quais.

## BENS CULTURAIS À GUARDA DA INSTITUIÇÃO

Atendendo à complexidade das respostas obtidas e, em alguns casos, à ausência de resposta, torna-se difícil fazer uma caracterização dos bens culturais à guarda dos museus da Região Centro. No entanto, com base nas informações disponíveis pode concluir-se que a **grande maioria se centra em coleções de etnografia**, com destaque para a história das comunidades locais, onde as alfaias e máquinas agrícolas ganham maior relevo. Destacam-se, também, como mais significativas em número de resposta, **o património romano, a presença judaica no território e a arte sacra**. Com menor incidência, encontra-se a **arte moderna, a escultura, a pintura, a ourivesaria, a paramentaria e o mobiliário**.



## IDENTIFICAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

*O museu deve dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções museológicas, designadamente de conservação, de segurança e de exposição, ao acolhimento e circulação dos visitantes, bem como à prestação de trabalho do seu pessoal (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 50º).*

Com esta questão pretendia-se analisar as instalações afetas ao museu e, bem assim, as suas maiores fragilidades (acessibilidades, estado de conservação, infraestruturas e/ou equipamentos, entre outros). Contudo, **as respostas obtidas não permitiram fazer uma caracterização efetiva das instalações dos museus da Região Centro**, sendo difícil averiguar, por um lado, se as instalações são adequadas e permitem o efetivo cumprimento das funções museológicas e, por outro, que tipo de investimentos seria necessário acautelar no desenho dos programas de apoio.

Contudo, cruzando a informação prestada ao longo do inquérito constata-se que **51,2% dos museus refere que não dispõe de instalações adequadas ao cumprimento das funções museológicas**, designadamente de conservação, de segurança e de exposição, ao acolhimento e circulação dos visitantes, bem como à prestação de trabalho do seu pessoal.

## IDENTIFICAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AFETAÇÃO DAS INSTALAÇÕES A ÁREAS FUNCIONAIS

*Natureza das instalações. As instalações do museu comportam necessariamente espaços de acolhimento, de exposição, de reservas e de serviços técnicos e administrativos. O museu deve dispor de espaços adequados ao cumprimento das restantes funções museológicas, designadamente biblioteca ou centro de documentação, áreas para atividades educativas e para oficina de conservação (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 51º).*

À semelhança da questão anterior, as respostas obtidas não permitem fazer uma caracterização da afetação das instalações a diferentes áreas funcionais, sendo por isso difícil averiguar se as instalações são adequadas e permitem o efetivo cumprimento das funções museológicas e que tipo de investimentos seria necessário acautelar no desenho dos programas de apoio.

Contudo, e uma vez mais, cruzando a informação prestada ao longo do inquérito constata-se, por exemplo, que **67,1% dos museus respondentes não possui reservas organizadas, instaladas em áreas individualizadas**.



## INTERVENÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Das respostas obtidas consegue-se apurar que **31,7% dos museus não realizaram qualquer intervenção de requalificação** nos últimos cinco anos.

Quanto às entidades que realizaram intervenções, em 10,9% dos casos, as intervenções centraram-se em arranjos exteriores, sobretudo, na recuperação de “telhados”, 7,3% dos museus realizaram intervenções no âmbito de requalificação museográfica e apenas 4,9% (4 museus dos 82 que responderam) referem intervenções ao nível das acessibilidades (nomeadamente, colocação de rampas de acesso e, em dois casos específicos, instalação de elevadores).

Sobre os restantes 45,2% dos museus que responderam ao inquérito não se conseguiu inferir sobre o tipo de intervenções realizadas, dada a imprecisão das respostas apresentadas.

## IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS E MOBILIÁRIO, ADQUIRIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

**37,8% dos museus respondentes não adquiriram qualquer tipo de equipamento nos últimos cinco anos.** Contudo, 14,6% dos museus refere uma remodelação expositiva, sem, contudo, especificarem o tipo de equipamentos adquiridos e 4,8% dos museus adquiriram um sistema de AVAC.

No domínio tecnológico, 2,4% dos museus adquiriram um programa de inventário, 2,4% procederam à instalação de WiFi e 2,4% adquiriram mesas interativas.

## ESTUDO E INVESTIGAÇÃO DE COLEÇÕES

*Dever de investigar - O museu promove e desenvolve atividades científicas, através do estudo e da investigação dos bens culturais nele incorporados ou incorporáveis. Cada museu efetua o estudo e a investigação do património cultural afim à sua vocação. A informação divulgada pelo museu, nomeadamente através de exposições, de edições, da ação educativa e das tecnologias de informação, deve ter fundamentação científica (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 9º).*

Pese a importância estratégica e científica desta função museológica que fundamenta todas as ações desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu (designadamente ao nível da política de incorporações, da política de conservação e da política de interpretação, exposição e educação) **64,7% dos museus não desenvolveu qualquer estudo ou fez investigação das suas coleções.**



No caso dos museus que realizaram estudo e investigação das coleções, 21,9% dos respondentes indica que foi realizado através de investigadores internos, sendo que em 7,3% esta função museológica ficou a cargo de investigadores externos, nomeadamente, de Universidades e Centros de Investigação.

Em 6,1% dos casos não se conseguiu determinar o tipo de estudo ou de investigação de coleções desenvolvidos, dado que as respostas foram demasiado ambíguas.

## INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO

*Dever de inventariar e de documentar. Os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objeto de elaboração do correspondente inventário museológico (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 15º, alínea 1).*

Considerando-se alarmante o resultado obtido nesta questão, dado tratar-se de um inquérito dirigido a museus, deve referir-se que **90,2% dos museus respondeu com “NÃO EXISTE” / “NÃO SE APLICA”**, havendo um, em concreto, que respondeu **“NÃO RELEVANTE”**.

No que concerne a 6,1% dos respondentes, isto é, 5 museus em 82, foi identificada uma plataforma de inventário (Matriz; Programa In Art; In Patrimonium; Index Rerum) sem que haja qualquer referência ao número de registos realizados.

Finalmente, 3,7% indicam que têm em curso a instalação de um programa de inventário e documentação para as suas coleções.

## CONSERVAÇÃO E RESTAURO

*Dever de conservar. O museu conserva todos os bens culturais nele incorporados. O museu garante as condições adequadas e promove as medidas preventivas necessárias à conservação dos bens culturais nele incorporados (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 27º, alínea 1 e 2)*

Sendo uma das missões primeiras de qualquer museu proceder à conservação e restauro do seu acervo, **registra-se que 62,2% dos museus não realizou qualquer ação de conservação e restauro**, sendo que 29,3% dos museus referem a realização de ações de conservação e restauro nos últimos cinco anos (com indicação de que algumas ações estão em curso). Na sua grande maioria estas ações foram desenvolvidas com recurso a entidades externas, nomeadamente, pela equipa do Laboratório de Conservação e Restauro da DRCC. 8,5% dos respondentes faz referência à existência de práticas de conservação preventiva, sendo a manutenção e limpeza as ações mais referidas.



## INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO

*Interpretação e exposição. A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a propiciar o seu acesso pelo público (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 39º, alínea 1)*

Nos últimos cinco anos, **42,7% dos museus refere que não realizou qualquer ação no âmbito da interpretação e exposição**. 31,7% indicam o desenvolvimento de exposições temporárias e 25,6% refere a produção e renovação de conteúdos no sentido da requalificação da exposição permanente.

## EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

*Educação. O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais. O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 42º, alínea 1 e 2).*

No universo de entidades respondentes, **quase 60% dos museus refere não ter qualquer atividade/ação no âmbito da educação e da mediação cultural**, valor verdadeiramente preocupante atendendo àquela que é a missão de qualquer instituição museológica.

Das entidades que referem desenvolver ações de educação e mediação cultural, 18,4% menciona a realização de oficinas pedagógicas/educativas, mas não especificam a natureza das ações realizadas, e em 10,9% dos casos a única ação educativa ou de mediação cultural referida são as visitas guiadas.

## TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS

Sendo este um campo de trabalho relativamente novo no contexto das instituições museológicas e que apenas adquiriu alguma importância durante os confinamentos que resultaram da pandemia Covid19, não se estranha que **78% dos museus não identifique quaisquer desenvolvimentos no âmbito da transformação digital ou do recurso a novas tecnologias** (facto só alarmante quando cruzado com a questão do inventário de coleções). Pese esta realidade, saliente-se que 11% dos respondentes sinalizou a produção de conteúdos digitais para a criação de Apps e QR-Codes e 7,3% identificou a produção de visitas virtuais. 3,7% dos museus refere a existência de projetos em curso, mas sem qualquer especificação sobre os mesmos.



## PARCERIAS

*O museu utiliza recursos próprios e estabelece formas de cooperação com outros museus com temáticas afins e com organismos vocacionados para a investigação, designadamente estabelecimentos de investigação e de ensino superior, para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática de bens culturais (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 10º).*

Sendo esta uma das áreas de trabalho mais relevantes para qualquer museu, o estabelecimento de parcerias com o seu território de referência (comunidades locais), com os seus pares (outros museus ou instituições congéneres) ou com instituições públicas ou privadas com objetivos/projetos comuns não é uma prática enraizada nos museus da Região Centro, sendo que **52,4% dos museus referiu não ter realizado qualquer parceria nos últimos cinco anos**. 12,2% dos museus referem ter estabelecido parcerias com outros museus, 20,7% com universidades, centros de investigação ou escolas, 9,8% referem a existência de parcerias com instituições públicas e, finalmente 4,9% mencionam parcerias com instituições privadas.

## IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS AFETOS

*Pessoal. O museu dispõe de pessoal devidamente habilitado, nos termos de diploma regulador específico (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 45º)*

Os dados que a seguir se apresentam são particularmente reveladores das fragilidades do setor museológico da Região Centro e, de demasiados pontos de vista, justificam uma parte substantiva do não cumprimento de funções museológicas básicas (como ficou patente na análise dos pontos prévios), o que não só fragiliza/diminui a qualidade e impacto da instituição museológica no panorama local, regional e nacional, como, concomitantemente, não lhe permite reunir as condições necessárias para que o museu assuma verdadeiramente e em toda a sua extensão, o papel social, cultural e científico que seria esperado.

Pela importância (e evidência) dos dados recolhidos, atente-se no seguinte quadro:

QUADRO DE PESSOAL AFETO AO MUSEU	PERCENTAGEM DE RESPOSTAS DE MUSEUS
Nenhum funcionário afeto	19,5%
Um funcionário afeto	20,7%
Dois funcionários afetos	17,1%
Três funcionários afetos	13,4%
Quatro funcionários afetos	12,2%
Entre cinco e dez funcionários afetos	7,3%
Mais de dez funcionários afetos	9,8%



## Diretor do Museu

***Direção.** O museu deve ter um diretor, que o representa tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa. Compete especialmente ao diretor do museu dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades (Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 44º).*

**44 museus (53,7%) referem não ter diretor, nem qualquer cargo de coordenação**, sendo que, destes, 15 museus (34,1%) referem que a direção é assegurada pela “Câmara Municipal”, sem especificarem por quem.

Em 25 museus (30,5%) existe a figura do diretor e em 9 museus (10,9%) existe um coordenador.

No caso dos museus que dispõem de Diretor, 4 têm uma Pós-graduação em Museologia, 2 têm mestrado e 3 têm doutoramento (os restantes são licenciados) e, no caso dos museus que têm um Coordenador, este possui uma licenciatura.

## Receção / atendimento público

### **24,4% dos museus não têm funcionários afetos à receção / atendimento público**

35,4% tem 1 funcionário afeto as estas funções; 20,7% tem 2 funcionários afetos; 8,5% tem 3 funcionários afetos; 3,7% tem 4 funcionários afetos; 7,3% tem 5 ou mais funcionários afetos.

No que concerne à formação académica dos colaboradores afetos à receção / atendimento de públicos, verifica-se que em 29,5% dos casos, a maior percentagem, os colaboradores possuem o 12º de escolaridade.

## Serviço educativo e mediação cultural

Pese a importância estratégica, cultural e científica deste serviço, **38 museus (46, 3%) refere não ter um Serviço Educativo e/ou de Mediação Cultural e 2,5% refere que este serviço é assumido em regime de outsourcing;**

No caso dos restantes museus, verifica-se que 21,9% dos museus tem um colaborador afeto a este serviço, 17,1% tem dois colaboradores, 8,5% tem 3 colaboradores, e apenas 2,5% tem cinco ou mais colaboradores afetos a este serviço. Apesar de uma maioria significativa dos colaboradores do Serviço Educativo possuírem licenciatura ou mestrado, sinaliza-se que **3,6% apenas possui o 9º ano de escolaridade e 7,1% possui o 12º ano de escolaridade.**



### **Centro de documentação ou arquivo**

Pese a importância estratégica, cultural e científica deste serviço, determinante para o cumprimento das funções museológicas de estudo, investigação e documentação de coleções, **56 museus (68,3%) indicaram que não possuem qualquer pessoa afeta** ao centro de documentação ou arquivo. No caso dos restantes museus, verifica-se que 18,3% dos museus tem uma pessoa afeta ao serviço, 9,8% tem duas pessoas e 3,6% tem 3 ou mais colaboradores afetos ao serviço, sendo que todos os colaboradores indicados possuem licenciatura ou mestrado.

### **Conservação e restauro**

**Em 67 museus (81,7%) não existe qualquer colaborador afeto à conservação e restauro**, sendo que cerca de 47% dos respondentes referem que o serviço de conservação e restauro é realizado por contratação externa. Em 12 museus (14,6%) existe um Conservador Restaurador e em 3 museus (3,7%) existem dois ou mais.

### **Investigadores**

**53,8% dos museus indica não ter qualquer investigador afeto à equipa do Museu.**

20,8% refere ter 1 investigador, 10,9% indica dois investigadores e 14,5% refere possuir três ou mais investigadores, variando o grau académico destes colaboradores entre a licenciatura e o doutoramento.

### **Vigilantes**

**74,4% dos museus respondentes não tem qualquer vigilante.**

10,9% tem um vigilante, 7,3% tem dois vigilantes, 3,7% tem três ou mais vigilantes.

3,7% dos museus refere que a função de vigilante é assumida por empresas externas.

Dos museus que possuem vigilantes próprios será de referir que 6,7% desses colaboradores possuem o 6º ano de escolaridade, 26,7% possuem o 9º ano de escolaridade, 26,7% possuem o 12º ano de escolaridade, **6,7% possuem Licenciatura em Arqueologia, 13,3% possuem Licenciatura em História, 13,3% possuem Licenciatura em Turismo e 6,7% possuem Mestrado em Ecoturismo.**



## IDENTIFICAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PÚBLICOS EXISTENTES – TIPOLOGIA E NÚMERO MÉDIO ANUAL

As respostas obtidas nesta questão não permitem caracterizar os públicos dos museus da Região Centro de forma cabal. Apenas 39 museus (47,6%) mencionaram o número médio anual de visitantes. Registaram-se, entre 2015 e 2019, em média, 346 157 visitantes.

Percebe-se, também, que existe uma profunda assimetria entre os museus respondentes, variando o número médio de visitantes anual entre 100 e 78 000 pessoas.

A percentagem de públicos nacionais e estrangeiros centra-se nos 78% e 22%, respetivamente. Todavia, há museus que indicam que apenas recebem em média entre 15 a 20 visitantes estrangeiros por ano.

Quanto às tipologias de público, em mais de 90% das respostas, apenas foi mencionada “Público Geral e/ou Escolar”, sendo esta informação insuficiente para fazer uma caracterização de públicos.

## IDENTIFICAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA

Dos 82 inquéritos recebidos, 57 museus (69,5%) consideram que possuem boas condições de conservação e segurança. A leitura da tabela abaixo permite inferir sobre os itens considerados para que a resposta a esta questão tenha sido favorável.

Contudo, 11 museus (13,4%) consideram que não existem boas condições de conservação ou segurança, sem que tenham sido especificados os motivos.

Refira-se que 14 museus (17,1%) não responderam a esta questão.

Condições de conservação e de segurança identificadas	Totais (percentuais)
Sistema de AVAC	6 (10,5%)
Desumidificadores	11 (19,3%)
Segurança contra incêndios	13 (22,8%)
Videovigilância / Alarme	22 (38,6%)
Plano de conservação preventiva	5 (8,8%)



## INSTRUMENTOS DE GESTÃO

65,9% dos museus não possui Documento Fundador aprovado em Assembleia Municipal

65,9% dos museus não tem Regulamento próprio que contemple a sua Vocação; Enquadramento orgânico; funções museológicas; Horário e regime de acesso público; Gestão de recursos humanos e financeiros

69,5% dos museus não possui Regulamento ou Normas de Conservação Preventiva

71,9% dos museus não possui Política de Gestão de Coleções que fundamente atos de conservação de acervo

58,5% não possui um sistema de inventário informatizado

54,9% não possui Plano de Atividades e Orçamento anual próprio aprovado pela tutela

58,5% não possui Plano de Segurança periodicamente testado

64,6% dos museus não realiza periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes

56,1% não dispõe de um Plano de Exposições que contemple, designadamente, exposições permanentes, temporárias e itinerantes (curto, médio e longo prazo)

76,8% dos museus não elabora, de acordo com respetivo Plano de Atividades, projetos suscetíveis de serem apoiados através de mecenato cultural

## AINDA A RETER

84,1% dos museus refere que **não dispõe de uma equipa suficiente** (em termos numéricos e de perfis profissionais) para atender aos seus objetivos e cumprimento de funções museológicas

68,3% dos museus **não dispõe de recursos financeiros** especialmente consignados, adequados à sua vocação, tipo e dimensão, suficientes para assegurar a respetiva sustentabilidade.

51,2% dos museus refere que **não dispõe de instalações adequadas** ao cumprimento das funções museológicas, designadamente de conservação, de segurança e de exposição, ao acolhimento e circulação dos visitantes, bem como à prestação de trabalho do seu pessoal

69,5% dos museus não possui equipamentos próprios e adequados para monitorização das condições de conservação, abrangente a todo o acervo de bens culturais, no tocante aos níveis de iluminação e teor de ultravioletas

69,5% dos museus não possui não possui equipamentos próprios e adequados para monitorização das condições de conservação, abrangente a todo o acervo de bens culturais, no tocante a níveis de temperatura e humidade relativa ambiente



67,1% não possui reservas organizadas, instaladas em áreas individualizadas, dotadas de equipamentos e mobiliário apropriados para garantir a conservação e segurança dos bens culturais

78,1% dos museus não dispõe de vigilância presencial em todas as áreas públicas e 67,1% não dispõe de vigilância através do registo de imagens de visitantes

57,3% refere que os colaboradores do museu não participam, com frequência, em ações de formação profissional adequada ao desempenho das suas funções e para atender aos seus objetivos de trabalho e cumprimento de funções museológicas

78,1% dos museus não tem uma associação de amigos ou grupos de interesse especializado.



## 2. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Diagnóstico realizado ao conjunto de Museus respondentes aos inquéritos promovidos pela Direção Regional de Cultura do Centro expõe à evidência um **cenário grave de profundo desinvestimento** naquelas que são, legítima e formalmente, as guardiãs da memória e das identidades coletivas dos nossos territórios e a quem compete, por lei, assegurar a proteção e conservação, a incorporação, a investigação, documentação e inventário, a interpretação, divulgação e exposição de um conjunto de bens culturais que enformam a materialidade daquelas memórias e identidades.

Estando em causa um conjunto de respondentes que não esgota o universo museológico regional, sabemos, porém, que este conjunto espelhará muito fielmente a realidade da maior parte das nossas estruturas museológicas e não apenas na Região Centro como, de um modo generalizado, em todo o País.

Fundando-se, aquele desinvestimento, em razões múltiplas que não enunciámos, mas facilmente percebemos, a maior parte das quais estruturais, mas igualmente conjunturais, a questão primeira que este diagnóstico levanta prende-se, naturalmente, com a necessidade de promover uma reflexão profunda sobre as razões políticas, sociais e culturais que levaram à criação destes Museus e, conseqüentemente, à solidez estrutural das políticas públicas e das estratégias culturais que lhe estiveram associadas.

*(...) promover uma reflexão profunda sobre as razões políticas, sociais e culturais que levaram à criação destes Museus e, conseqüentemente, à solidez estrutural das políticas públicas e das estratégias culturais que lhe estiveram associadas.*

E esta questão é tão mais relevante quanto o facto de este diagnóstico ser realizado no contexto de dois inquéritos que visaram estimular uma reflexão sobre as necessidades de requalificação de museus existentes ou, mesmo, de criação de novas estruturas museológicas na Região Centro.

Dito de outro modo, torna-se evidente, através da análise dos inquéritos, que, se por um lado as entidades respondentes necessitam efetivamente de uma profunda requalificação técnica, tecnológica, museológica e museográfica, por outro, não será suficiente investir nesta requalificação se, antes de mais, e no âmbito das políticas e estratégias municipais, **estas entidades não forem entendidas efetivamente como MUSEUS, com tudo o que tal conceito implica e exige.**



Como tem sido defendido reiteradamente por esta Direção Regional de Cultura **fazer um MUSEU é uma escolha. Não é uma fatalidade.** É, e deve ser, uma escolha consciente em termos de política cultural. É, e deve ser, uma escolha da comunidade do ponto de vista daqueles que são os seus afetos e do modo como se pretende apresentar perante si e perante os outros.

E como qualquer escolha, também esta exige investimento e dedicação. Quanto mais sólido e consistente for esse investimento, maior será o retorno em termos de **capacitação e qualificação das comunidades**, de melhoria da **qualidade de vida das pessoas** e da sua capacidade de intervenção e de exercício de uma cidadania plena, mas também em termos de desenvolvimento local, económico, turístico, da atratividade do território e da capacidade de fixação de populações.

Deste modo, fazer um MUSEU não é abrir uma sala de exposições, mais ou menos tecnológica, mais ou menos organizada e cenicamente apelativa. **Fazer um MUSEU é assumir inequivocamente um compromisso permanente em termos de política cultural** que implica a criação de condições adequadas para a promoção e implementação contínuas

*Fazer um MUSEU é assumir inequivocamente um compromisso permanente em termos de política cultural*

- <sup>1</sup> **De investigação e estudo de coleções**, naquele que é o dever do museu de promover e desenvolver atividades científicas em torno dos seus bens culturais,
- <sup>1</sup> **De estratégias de incorporação, inventário, documentação, conservação e segurança** dos bens culturais à sua guarda,
- <sup>1</sup> De construção de um **programa expositivo** e um plano de edições que permitam dar a conhecer, de forma rigorosa, os bens culturais incorporados e os resultados das múltiplas investigações realizadas,
- <sup>1</sup> De construção e implementação de um **programa educativo e pedagógico**, de mediação cultural, que potencie a acessibilidade intelectual aos bens culturais que preserva.

Por outro lado, e não menos relevantemente, a criação de um MUSEU exige um compromisso inequívoco da comunidade local com o seu património de referência, envolvendo-se esta em processos de colaboração sistemática, seja através da criação de associações de amigos do museu, de grupos de interesse especializado ou de voluntariado que contribuam para a afirmação do museu, dentro e fora do território, seja através da participação e presença assídua da comunidade nas dinâmicas culturais e científicas despoletadas pelo museu.

Tudo isto significa que **um MUSEU não acontece no dia em que é requalificado e inaugurado.**

O MUSEU começa a ser construído apenas a partir do dia em que abre as portas pela primeira vez. E esse é o momento de se fazer **O verdadeiro investimento, dotando a instituição de um quadro de pessoal devidamente habilitado** para assegurar o cumprimento das suas funções museológicas, e dotando-a de **recursos financeiros e técnicos adequados à sua dimensão, mas também, à sua ambição.** Por isso, reiteramos, **fazer um museu é uma escolha.**

Deste modo, a luz dos princípios aqui enunciados e, bem assim, considerando o estipulado na Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses e um conjunto de outros documentos, recomendações e convenções, nacionais e internacionais que regulam a prática museológica, consideramos que a apreciação de eventuais projetos de requalificação de museus ou criação de novos museus deverá ser precedida da **definição de critérios de elegibilidade rigorosos** e de posterior análise das condições de base existentes para o **cumprimento desses mesmos critérios por parte das entidades proponentes** (ou, conseqüente implementação de medidas retificativas que habilitem a entidade a candidatar-se a fundos que eventualmente venham a ser disponibilizados).

Deste modo, o **“PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030”** que seguidamente se apresenta atende não apenas às conclusões obtidas no diagnóstico realizado, visando suprir verdadeiramente os principais problemas identificados como, supletivamente, define e estabelece as principais medidas (linhas de investimento) e critérios de elegibilidade que deverão ser considerados futuramente aquando da elaboração dos regulamentos específicos de financiamento.

Por outro lado, importa ressaltar que o Mapeamento apresentado reflete exclusivamente o conjunto de projetos apresentados pelas entidades respondentes e **não qualquer avaliação de conformidade dos projetos com os critérios de elegibilidade que agora se definem.**



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

## **II. PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030**



## II. PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030

### 1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de definir o conjunto de investimentos prioritários para a próxima década, a DRCC desenvolveu o presente “**PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030**”, que identifica projetos e ações relevantes do ponto de vista da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e da Estratégia Regional de Cultura 2030, assumindo-se este mapeamento como a chave para a prossecução dos objetivos definidos pela CCDRC no domínio prioritário **Turismo e Criatividade**.

Como já foi referido, não é alheio a este Plano Estratégico e ao conjunto de linhas de investimento que propomos, a análise daquelas que são, hoje, as grandes tendências de futuro e os fatores de mudança, no âmbito dos quais os Museus terão que operar enquanto instituições centrais do desenvolvimento dos nossos territórios, que foram sistematizadas no Relatório “Museus no Futuro”, a saber, **Confiança e Bem-Estar, Mutações Demográficas, Turismo, Tecnologias Digitais, Participação e Sustentabilidade**.

Indo mais longe, consideramos que estas são ‘tendências’ a que a Região Centro deve, naturalmente, responder no momento em que define a sua Política Regional de Cultura e, conseqüentemente, define os instrumentos financeiros a alocar no contexto do Quadro Plurianual de Investimentos 2021-2027.

Deste modo, no âmbito do objetivo estratégico **Museus. MODERNIZAR**, apresentado na “**Estratégia Regional de Cultura 2030**”, pretende-se desenvolver um plano sistemático para a requalificação e dinamização do tecido museológico da região da Região Centro, entendendo-se, no contexto do presente documento, que um museu é:

“uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação,



interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (Lei Quadro dos Museus Portugueses)<sup>2</sup>

Dentro deste conceito, um museu prossegue como funções primaciais o Estudo e Investigação, a Incorporação, o Inventário e Documentação, a Conservação, a Segurança, a Interpretação e Exposição e a Educação, assumindo-se como um poderoso instrumento para consolidar a cidadania e promover a integração e inserção social. Por outro lado, subjacente ao conceito e ao clausulado da Lei Quadro dos Museus Portugueses, e no contexto do presente documento, a existência de um museu presume o cumprimento integral das seguintes condições mínimas:

1. Cumprimento das funções museológicas previstas nos artigos 8º a 43º, da Lei nº 47/2004, de 19 de agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses;
2. Existência de recursos humanos, financeiros e instalações contemplados nos artigos 44º a 51º da mesma Lei;
3. Existência de regulamento do museu de acordo com o artigo 53º da mesma Lei;
4. Garantia do acesso público nos termos previstos nos artigos 54º a 62º da mesma Lei.

Ora, deste modo, se estas são as condições mínimas para definir uma instituição enquanto museu, estes são também os quesitos mínimos para poder considerar, dentro deste Plano Estratégico de Requalificação de Museus, a elegibilidade de qualquer projeto, como adiante será explicitado.

---

<sup>2</sup> Em 24 de agosto de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária do ICOM aprovou a proposta para a nova definição de museu com 92,41% (487 votos a favor; 23 votos contra; 17 abstenções). Segundo a proposta aprovada pelo ICOM:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe património material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para a educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”. Considerando que a Lei Quadro dos Museus Portugueses não sofreu, à data deste documento, qualquer alteração, designadamente, no conceito de museu, mantemos aqui a definição adotada em Portugal, no pressuposto, refira-se, que a nova formulação proposta pelo ICOM não altera (pelo contrário, reforça) a visão que temos do papel social, cultural e científico dos museus na sociedade.



O “**PLANO ESTRATÉGICO DE REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. MAPEAMENTO 2030**” é, assim, produzido tendo em consideração todos estes princípios e visões de política pública e dá resposta às diversas fragilidades apontadas quer no Estudo Cultura no Pós-Centro 2020 e na Estratégia Regional de Cultura 2030, quer no diagnóstico realizado pela DRCC e cujas conclusões se apresentaram nos capítulos precedentes, tendo como objetivo central **requalificar o tecido museológico da Região Centro e consequentemente criar condições para o aumento significativo (80%) de Museus credenciados e devidamente integrados na Rede Portuguesa de Museus.**

Neste contexto, no âmbito do incremento da qualidade global do setor museológico e arquivístico da Região Centro, definem-se como principais domínios estratégicos, para a próxima década:

- 1. REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS E IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DIGITAL**
- 2. CRIAÇÃO DE NOVOS MUSEUS E RESERVAS MUNICIPAIS DE ARQUEOLOGIA**
- 3. REQUALIFICAÇÃO DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS**

A cada um destes domínios estratégicos correspondem um conjunto de ações/linhas de investimento específicos que enformam a natureza específica dos projetos a desenvolver, como se poderá verificar nos próximos capítulos.



## 2. REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS E TRANSIÇÃO DIGITAL

Os inquéritos já mencionados relativos à Requalificação de Museus na Região Centro pretenderam realizar um levantamento de necessidades organizadas em diferentes áreas ou níveis de intervenção, desde a requalificação do edificado até à requalificação tecnológica subjacente à transição digital, cujos resultados importa analisar.

No que concerne às **condições físicas disponibilizadas pelo Museu (edificado)** e respetivas necessidades de requalificação geral, obtiveram-se 55 respostas (67,1%) que apontam para a seguinte tipologia de intervenções:

Intervenções a realizar	Percentagem de respostas
Requalificação geral do edifício	49,1%
Conservação e manutenção	25,3%
Acessibilidades	15,4%
Segurança	3,4%
Sistema AVAC	3,4%
Reservas	3,4%

No âmbito da **requalificação museográfica das exposições de longa duração**, 53 museus (64,6%) identificaram necessidades de intervenção e melhoria das suas exposições e/ou circuitos expositivos.

Quanto à **requalificação técnica (equipamentos)**, 54 museus (65,9%) registaram necessidades de intervenção.

No domínio da **transição digital**, o inquérito apresentava diferentes questões, sendo de registar que:

- 53 museus (64,6%) identificam necessidades de requalificação tecnológica (equipamentos);
- 39 museus (47,5%) indicam a necessidade de aquisição de sistema de inventário informatizado;
- 27 museus (32,9%) pretendem desenvolver visitas virtuais;
- 25 museus (30,5%) pretendem desenvolver processos de digitalização de acervos;
- 19 museus (23,2%) consideram determinante a criação de conteúdos digitais que favoreçam a mediação cultural e a interação com os públicos.



Quando analisados os resultados do ponto de vista da **requalificação museológica**, constatamos que 52 museus (63,4%) sinalizaram a intenção de desenvolver ações/projetos de **dinamização cultural e científica (programação)**, designadamente, exposições temporárias, edição de catálogos ou programação cultural (não foram especificadas ações em concreto). Contudo, enfatiza-se que 46 museus (56,1%) não identificaram qualquer interesse no **desenvolvimento de projetos pedagógicos ou de mediação cultural** (no que concerne aos museus que identificaram esta intenção, as respostas centram-se essencialmente em “desenvolver atividades com escolas”, “participação em feiras e eventos turísticos”, “comemoração de dias festivos”, sendo estas respostas demasiado vagas e pouco consistentes).

No domínio dos **projetos de comunicação**, 18 museus (21,9%) identificam a comunicação digital como uma prioridade e 12 museus (14,7%) consideram determinante a criação/requalificação da página web. Ainda dentro da comunicação, 7 museus (8,5%) consideram a necessidade de reformulação do merchandising (note-se que 45 museus não elegem projetos de comunicação).

No que concerne a **projetos de parceria em redes museológicas nacionais ou internacionais**, da avaliação possível com base nos resultados apurados, 11 museus (13,4%) pretendem integrar a Rede Portuguesa de Museus. 26 museus (31,7%) consideram determinante trabalhar em rede, mas não especificam redes de parcerias existentes.

Quanto a **projetos de investigação, valorização e interpretação do património imaterial**, 23 museus centram as suas respostas em “registos de vídeos para preservação das memórias locais” ou “investigação ligada às técnicas do saber fazer”, respostas demasiado ambíguas para uma avaliação cabal de necessidades. Complementarmente, devemos referir que 59 museus (71,9%) responderam a esta questão com “Não existe/Não se aplica”.

Finalmente, ainda no âmbito da análise dos inquéritos importa ressaltar que **65,8% dos museus (54 respostas) evidenciaram a necessidade de desenvolvimento de projetos no domínio requalificação e capacitação técnica e científica das equipas**. As áreas em que se apuram maiores necessidades prendem-se com o atendimento de públicos, serviços educativos (mediação cultural) e conservação e restauro. Será de salientar que esta questão deve ser relacionada diretamente com as carências já identificadas em termos de (ausência de) recursos humanos adequados à dimensão de cada museu.



## 2.1. Linhas de Investimento

Nestes termos, à luz dos resultados e análise qualitativa e quantitativa dos inquéritos e atendendo ao conhecimento profundo da realidade museológica regional, no âmbito do domínio estratégico **“Requalificação de Museus e implementação de processos de Transição Digital”** são propostos três eixos de investimento:

1. **REQUALIFICAÇÃO DE MUSEUS** – onde se consideram os projetos de requalificação física, técnica, tecnológica, museológica e museográfica, incluindo projetos de promoção da acessibilidade e da inclusão e projetos de gestão, conservação, restauro e preservação de coleções.
2. **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL** - onde se considera o desenvolvimento de projetos de capacitação das equipas dos museus para as novas práticas de trabalho em contexto de transição digital e projetos inovadores no domínio da mediação cultural envolvendo, designadamente, digitalização de conteúdos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de interpretação, exposição e divulgação de património cultural imóvel e móvel inserido em contextos museológicos (realidade virtual, realidade aumentada e 3D) e projetos para o desenvolvimento de Redes Digitais de Museus.
3. **PÚBLICOS E MEDIAÇÃO CULTURAL** – onde se consideram projetos que reforcem a notoriedade e visibilidade das entidades museais e da sua programação, projetos de Investigação científica em torno das suas coleções, Projetos de Comunicação, Projetos Pedagógicos e de Programação Cultural e Projetos de Redes e Parcerias que conduzam à dinamização cultural e científica dos espaços museológicos e à capacitação técnica e científica das equipas, considerando, de igual modo, projetos de inclusão social, igualdade de género, integração de pessoas de grupos sociais específicos e/ou sub-representados, valorização da diversidade cultural e reforço da coesão social.

A cada um destes eixos de investimento deverá corresponder um Aviso para apresentação de candidaturas, devidamente enquadrado, em função da natureza específica do investimento, num dado **“Eixo Prioritário”**, **“Objetivo Temático”** e **“Prioridade de Investimento”** que virá a ser definido em conformidade com o desenho do próximo PO Regional do Centro. A **Direção Regional de Cultura do Centro encontra-se disponível para contribuir, de modo ativo, não apenas na construção destes Avisos (designadamente, no que diz respeito a uma definição clara e precisa da “Tipologia de Intervenção”, da “Tipologia de Ações/Operações”, do “Regulamento Específico” e dos “Indicadores de realização e**



**de resultado)** como, igualmente, em momentos posteriores, **de avaliação das operações propostas e eventual** parecer, atendendo, sobretudo, aos critérios de elegibilidade que seguidamente se apresentam e que consideramos da maior relevância para a avaliação do grau de maturidade das propostas e, sobretudo, do impacto e importância que os projetos terão, efetivamente, na requalificação das instituições museológicas e na manutenção futura dos padrões de qualidade que se esperam destas operações.

## 2.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade

No âmbito do domínio estratégico “Requalificação de Museus e implementação de processos de Transição Digital”, composto por três eixos de investimento (Requalificação de Museus; Transformação Digital; Públicos e Mediação Cultural), propõe-se que para além dos habituais “Critérios de elegibilidade dos beneficiários” e “Critérios de elegibilidade das operações” os Avisos a criar considerem os seguintes “Critérios Técnicos de Elegibilidade”:

1. Apresentação do “**Plano Estratégico Municipal de Cultura e Educação**”, onde seja referido claramente o projeto de Requalificação a propor no contexto do Aviso, devidamente enquadrado na estratégia cultural do Município;
2. **Apresentação do Documento Fundador do Museu**, aprovado em Assembleia Municipal ou Assembleia Geral (dependendo da natureza da tutela) no âmbito do qual a entidade de tutela manifestou formalmente a intenção de criar o museu, definiu o respetivo estatuto jurídico e comprometeu-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respetiva sustentabilidade (caso este documento não tenha sido elaborado aquando da criação do museu, deverá ser entretanto elaborado e devidamente aprovado em Assembleia Municipal ou Assembleia Geral).
3. Apresentação do “**Programa Museológico**” que integra obrigatoriamente os seguintes elementos: denominação do museu; definição dos objetivos do museu; identificação e caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar em função da sua incidência disciplinar e temática; formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo, investigação, documentação e inventário (com descrição do sistema de inventário em uso), Políticas de Gestão de Coleções, Conservação e Incorporação, Programa de Exposição e Educação; identificação dos públicos; indicação das instalações e a afetação a áreas funcionais;



condições de conservação e segurança; recursos financeiros alocados; pessoal e perfis profissionais correspondentes.

4. Apresentação dos seguintes **documentos aprovados pela Câmara Municipal ou Direção** da entidade tutelar (conforme o caso): “Política de Gestão de Coleções”, “Regulamento ou Normas de Conservação Preventiva”, “Plano de Atividades e Orçamento do Museu”, “Plano de Segurança”, “Plano de Exposições” que contemple, designadamente, exposições permanentes, temporárias e itinerantes (curto, médio e longo prazo) e Projeto Educativo e de Mediação Cultural;
5. Declaração de adesão à **Rede Portuguesa de Museus** (ou em vias de adesão);
6. Apresentação dos **Recursos Humanos (com Curriculum Vitae anexo)** afetos à instituição museológica, designadamente do(a) Diretor(a) do Museu (a quem compete dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades) e demais pessoal devidamente habilitado;
7. Apresentação de Declaração relativa ao **enquadramento orgânico do Museu** na estrutura da entidade que tutela a instituição;
8. Apresentação do **Regulamento do Museu** que deverá contemplar, entre outras, as seguintes matérias: Vocação do museu; Enquadramento orgânico; Funções museológicas; Horário e regime de acesso público; Gestão de recursos humanos e financeiros;
9. **Declaração relativa aos recursos financeiros** especialmente consignados à atividade do Museu, adequados à sua vocação, tipo e dimensão, suficientes para assegurar a respetiva sustentabilidade e o cumprimento das funções museológicas;
10. **Memória Descritiva das instalações** consignadas ao Museu e ao cumprimento das respetivas funções museológicas, designadamente de conservação, de segurança e de exposição, ao acolhimento e circulação dos visitantes, reservas, serviços técnicos e administrativos, biblioteca ou centro de documentação e áreas destinadas a atividades educativas ou de mediação cultural.

A análise rigorosa destes critérios técnicos permitirá aferir e graduar a qualidade técnica do Museu à data da proposta da operação e, bem assim, analisar o impacto da operação no processo de requalificação da instituição museológica, que se pretende seja duradouro e consistente, de modo a contribuir para a efetiva afirmação da qualidade do tecido museológico regional e, nesses termos, para os grandes objetivos de desenvolvimento da Região Centro para a próxima década.

### 2.3. Mapeamento de Projetos de Requalificação de Museus

Decorrente das respostas apresentadas ao inquérito “**Projetos de Requalificação Museológica**” é possível proceder ao Mapeamento de intenções de investimento manifestadas por diversas tutelas, sendo que o atual Mapeamento não esgota, por certo, todos os projetos que possam vir a ser apresentados/desenvolvidos aquando da abertura do respetivo Aviso.

Devemos salientar que a listagem que se segue **não reflete, atende ou responde a qualquer um dos “Critérios Técnicos de Elegibilidade”** apresentados no ponto anterior, dado que não competia, no contexto deste levantamento, proceder a análises desta natureza e dimensão.

Nesta fase, a intenção do inquérito foi, tão só, realizar o levantamento de necessidades e intenções de investimento e não analisar e graduar as propostas apresentadas.

Deste modo, em contexto de análise das candidaturas os Critérios Técnicos de Elegibilidade deverão ser aplicados e analisado, rigorosamente, o seu cumprimento, de modo a graduar os investimentos propostos e verificar o respetivo grau de maturidade e impacto futuro do investimento.

**Nestes termos, apresenta-se seguidamente a listagem de projetos submetidos no contexto do Inquérito “Requalificação de Museus”.**



MUSEU	ÁREA DE INVESTIMENTO	CONCELHO	PROPRIEDADE	REDE PORTUGUESA MUSEUS	ESTIMATIVA INVESTIMENTO
Museu de Lanifícios	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de um sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural; Projetos de comunicação	Covilhã	Universidade da Beira interior	Integra	1.231.500,00 €
Museu Francisco Tavares Proença Júnior	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Castelo Branco	Câmara Municipal de Castelo Branco	Integra	1.212.500,00 €
Museu da Ciência	Requalificação e modernização de exposições de longa duração e sala de exposições temporárias e criação de novas exposições de longa duração (antropologia e mineralogia)	Coimbra	Universidade de Coimbra	Integra	8 565 000,00 €
Museu Marítimo de Ílhavo - Espaço Oceanos	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica;	Ílhavo	Câmara Municipal de Ílhavo	Integra	3.445.000,00 €
Museu Marítimo de Ílhavo	Requalificação da museografia, Requalificação tecnológica	Ílhavo	Câmara Municipal de Ílhavo	Integra	170.000,00 €
Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	Requalificação da museografia; Projetos pedagógicos e de mediação cultural	Batalha	Câmara Municipal da Batalha	Integra	542.000,00 €
Museu Escolar	Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica das equipas	Leiria	União das Freguesias de Marrazes e Barosa	Integra	29.000,00 €
Museu da Villa Romana do Rabaçal	Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Penela	Câmara Municipal de Penela	Integra	-
Museu do Caramulo	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Transformação digital	Tondela	Fundação Abel e João de Lacerda	Integra	385.000,00 €
Museu Municipal Manuel Soares	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Transformação digital; capacitação equipas;	Carregal do Sal	Câmara Municipal Carregal Sal	Em vias de adesão	890.000,00€



de Albergaria	projetos de comunicação; projetos de mediação cultural				
Museu LOAD ZX Spectrum	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	Em vias de adesão	926.000,00 €
Casa Museu João Soares	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Leiria	Fundação Mário Soares e Maria Barroso		174.000,00€
Museu Natural da Eletricidade	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia e acessibilidades; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de um sistema de inventário informatizado.	Seia	Câmara Municipal de Seia	Em vias de adesão	920.000,00 €
Museu Municipal de Alvaiázere	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia	Alvaiázere	Câmara Municipal de Alvaiázere	Em vias de adesão	61.000,00 €
Museu do Moinho	Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Penacova	Câmara Municipal de Penacova	Em vias de adesão	49.550,00 €
Museu Académico	Reinstalação do Museu Académico em novas instalações e requalificação museológica e museográfica – Fase I	Coimbra	Universidade de Coimbra	Não integra	250.000,00 €
Museu de Arte Sacra da Covilhã	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Transformação digital e mediação cultural	Covilhã	Câmara Municipal da Covilhã	Não integra	95.000,00 €
Museu de Leiria	Requalificação geral do edificado	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	Não integra	400.000,00 €
Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Gouveia	Câmara Municipal Gouveia	Não integra	2.030.000,00 €
Museu do Brinquedo	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação tecnológica; Aquisição de sistema de inventário	Seia	Câmara Municipal de Seia	Não integra	1.170.000,00 €



	informatizado; Transformação digital e mediação cultural; Requalificação da Capela de Santa Rita que faz parte do conjunto patrimonial onde está instalado o Museu do Brinquedo (+80.000)				
Museu da Miniatura Automóvel	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Gouveia	Câmara Municipal de Gouveia	Não integra	640.000,00 €
Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos	Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Figueiró dos Vinhos	Câmara Municipal Figueiró Vinhos	Não integra	360.500,00 €
Museu Municipal de Arganil	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	Não integra	345.000,00 €
Museu do Sabugal	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Sabugal	Câmara Municipal do Sabugal	Não integra	334.500,00 €
Museu Municipal de Pampilhosa da Serra	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Pampilhosa da Serra	Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra	Não integra	1.186.000,00 €
Museu Municipal Santos Rocha	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Figueira da Foz	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Não integra	7.144.000,00 €
Museu Municipal de	Requalificação da museografia	Vouzela	Câmara Municipal de	Não integra	50.000,00 €



Vouzela			Vouzela		
Museu Municipal de Castro Daire	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Castro Daire	Câmara Municipal de Castro Daire	Não integra	900.000,00 €
Museu Almeida Moreira	Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	Não integra	98.500,00 €
Museu Júlio Dinis – Uma casa ovarense	Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; dinamização cultural e científica; aquisição sistema de inventário; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural; projetos investigação e interpretação; projetos mediação cultural; projetos comunicação	Ovar	Câmara Municipal de Ovar	Não integra	280.000,00€
Museu do Vinho Bairrada	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Anadia	Câmara Municipal de Anadia	Não integra	1.152.500,00 €
Museu Joaquim Correia	Requalificação geral do edificado	Marinha Grande	Câmara Municipal da Marinha Grande	Não integra	858.000,00 €
Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva	Requalificação geral do edificado; requalificação museográfica; requalificação técnica e tecnológica; dinamização cultural e científica; aquisição sistema de inventário; Capacitação técnica e científica da equipa; transformação digital; projetos parceria e redes museológicas; projetos investigação e valorização; projetos pedagógicos e mediação cultural; projetos comunicação; conservação e restauro	Oliveira do Hospital	Câmara Municipal Oliveira do Hospital	Não integra	1.400.000,00 €
Museu Terras de Besteiros – Museu Municipal de Tondela	Requalificação geral do edificado; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Transformação digital	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	Não integra	125.000,00 €
Museu Nacional Ferroviário	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Águeda	Câmara Municipal de Águeda / Fundação do Museu Nacional Ferroviário	Não integra	1.505.500,00 €



Museu do Canteiro	Requalificação geral do edificado; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Transformação digital	Castelo Branco	Câmara Municipal de Castelo Branco	Não integra	340.000,00 €
Museu Escolar Oliveira Lopes	Requalificação do sistema AVAC; Aquisição de sistemas de iluminação e material expositivo; Transformação digital	Ovar	Câmara Municipal de Ovar	Não integra	120.000,00 €
Museu do Vidro	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Capacitação técnica e científica da equipa	Marinha Grande	Câmara Municipal da Marinha Grande	Não integra	100.000,00 €
Museu Municipal Prof. Álvaro de Lemos	Requalificação museográfica	Lousã	Câmara Municipal da Lousã	Não integra	120.000,00 €
Museu D. Maria Emília Vasconcelos Cabral	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Oliveira do Hospital	Fundação D. Maria Emília Vasconcelos Cabral	Não integra	1.625.000,00 €
Museu Vivo de Vilar Maior	Requalificação geral do edificado; Aquisição de um sistema de inventário informatizado	Sabugal	União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos	Não integra	62.000,00 €
Centro Interpretativo de Fornos de Algodres	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Fornos de Algodres	Câmara Municipal de Fornos de Algodres	Não integra	270.000,00 €
Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere - CIVGLAZ	Sistema de AVAC; Requalificação tecnológica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital	Manteigas	Câmara Municipal de Mantegias	Não integra	155.000,00 €
Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Arganil – CIAR	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	Não integra	251.500,00 €
Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho	Requalificação geral do edificado	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	Não integra	450.000,00 €
Centro de Interpretação da Serra da Estrela	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação tecnológica; Dinamização cultural e científica; Capacitação	Seia	Câmara Municipal de Seia	Não integra	1.480.000,00 €



(CISE)	técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural; Projetos de investigação, valorização e interpretação do património imaterial; Projetos pedagógicos e de mediação cultural; Projetos de comunicação				
Centro Interpretativo Ephraim Bueno	Acessibilidades; Formação da equipa técnica	Figueira de Castelo Rodrigo	Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Não integra	5.000,00 €
Centro Interpretativo da Torre de Almofala	Conservação de estruturas arqueológicas	Figueira de Castelo Rodrigo	Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Não integra	5.000,00 €
Centro Interpretativo do Entroncamento Ferroviário de Pampilhosa - "Chalet Suíço"		Mealhada	Câmara Municipal da Mealhada	Não integra	250.000,00 €
Núcleo Museológico de Piódão – NMP	Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	Não integra	151.000,00 €
Núcleo de Arte Contemporânea Laranjeira Santos (NACLS)	Requalificação da museografia; Transformação digital	Figueira da Foz	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Não integra	24.500,00 €
Núcleo Museológico do Mar	Requalificação geral do edificado	Figueira da Foz	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Não integra	21.000,00 €
Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga	Requalificação geral do edificado	Águeda	Museu Nacional Ferroviário / Câmara Municipal de Águeda	Não integra	476.000,00 €
Espaço Museológico da Capela de S. Pedro	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Capacitação técnica e científica da equipa; Transformação digital e mediação cultural	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	Não integra	240.000,00 €
Associação Exploratório Infante D.	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica; Dinamização cultural e científica;	Coimbra	Universidade de Coimbra	Não integra	2.285.000,00 €



Henrique - Centro de Ciência Viva de Coimbra	Projetos pedagógicos e mediação cultural				
Ampliação do Museu Municipal para Reserva Histórica	Requalificação geral do edificado	Pampilhosa da Serra	Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra	Não integra	1.250.000,00 €
Centro de Referência de Memórias Goiense	Requalificação geral do edificado	Góis	Câmara Municipal de Góis	Não integra	212.000,00 €
Galeria Professor António Lopes	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Transformação digital e mediação cultural	Covilhã	Câmara Municipal da Covilhã	Não integra	130.000,00 €
Ambientes do Ar	Requalificação geral do edificado; Requalificação técnica	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	Não integra	235.000,00 €
Casa do Ferreiro	Requalificação geral do edificado	Góis	Câmara Municipal de Góis	Não integra	450.000,00 €
Parque da Monteira – Ciclo da Truta	Requalificação da museografia	Góis	Câmara Municipal de Góis	Não integra	35.000,00 €
Reservatório de Água de Cantanhede	Requalificação geral do edifício	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	Não integra	250.000,00 €
Casa da Freguesia de Escalhão	Requalificação geral do edificado	Figueira de Castelo Rodrigo	IPSS - Casa da Freguesia de Escalhão	Não integra	40.500,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Viseu	Requalificação da museografia; Requalificação técnica e tecnológica	Viseu	Santa Casa da Misericórdia de Viseu	Não integra	11.500,00 €
Anta da Arquinha da Moura	Requalificação geral do edificado	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	Não integra	120.000,00 €
Reservas Museológicas - polo museológico Museu Terras de Besteiros	Requalificação técnica	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	Não integra	150.000,00 €
Centro Diálogo Intercultural Leiria – Casa dos	Requalificação geral do edificado; requalificação museográfica; requalificação técnica e tecnológica; sistema de inventário; transformação digital; projetos pedagógicos e	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	Não integra	161.000,00 €



Pintores	mediação cultural;				
Lomba do Canho	–	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	Não integra	1.000.000,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande	–	Pedrógão Grande	Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande	Não integra	55.400,00 €
Casa-Museu Bissaya Barreto	Requalificação geral do edificado; requalificação museográfica; requalificação técnica e tecnológica;	Coimbra	Fundação Bissaya Barreto	Não integra	–
Lagar do Corga	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Capacitação técnica e científica da equipa	Castanheira de Pera	Prazilândia - Turismo e Ambiente, E.M.	Não integra	–
Casa do Tempo	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Capacitação técnica e científica da equipa	Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Castanheira de Pera / Prazilândia - Turismo e Ambiente, E.M.	Não integra	–
Coleção Visitável do Futuro Museu da Indústria de Moldes	Requalificação geral do edificado; Requalificação tecnológica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Transformação digital	Marinha Grande	Câmara Municipal da Marinha Grande	Não integra	–
Museu Municipal de Porto de Mós	Requalificação geral do edificado; Requalificação da museografia; Capacitação técnica e científica da equipa	Porto de Mós	Câmara Municipal de Porto de Mós	Não integra	–
Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	Requalificação geral do edificado; Requalificação tecnológica; Aquisição de sistema de inventário informatizado; Transformação digital	Marinha Grande	Câmara Municipal da Marinha Grande	Não integra	–
Casa Pimentel - Museu da Presidência	Requalificação da museografia; Requalificação dos sistemas de iluminação, climatização e segurança	Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Não integra	–
Museu Municipal de Pinhel	Requalificação da museografia, Requalificação técnica e tecnológica	Pinhel	Câmara Municipal de Pinhel	Não integra	–
Museu Municipal de Oliveira de Frades	Requalificação da museografia; Aquisição de um sistema de inventário informatizado	Oliveira de Frades	Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Não integra	–
Complexo Molinológico de Moinhos da	–	Figueira da Foz	Câmara Municipal da	Não integra	–



Gândara			Figueira da Foz		
Núcleo Museológico a Casa do Neveiro	–	Castanheira de Pera	Rancho Folclórico Neveiros do Coentral	Não integra	–
Museu Paroquial	–	Vila Nova de Tazem	Paróquia de Vila Nova de Tazem	Não integra	–
Tesouro da Catedral Museu de Arte Sacra	–	Viseu	Cabido da Catedral de Viseu	Não integra	–
Casa Museu Marieta Solheiro Madureira	–	Estarreja	Fundação de Direito privado	Em vias de adesão	–
Museu Arqueológico de Canas de Senhorim	–	Nelas	Associação Humanitária Dos Bombeiros Voluntários De Canas De Senhorim	Não integra	–
Museu Rural de Pendilhe	–	Vila Nova de Paiva	Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva	Não integra	–
Centro Cultural Raiano – Rede Museológica Municipal	–	Idanha-a-Nova	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	Não integra	–
Casa Museu de Santo António de Vagos	–	Vagos	Câmara Municipal de Vagos / Grupo Folclórico de Santo António de Vagos	Não integra	–
Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	–	Coimbra	Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	Não integra	–
Museu do Ar	–	Ovar	Força Aérea Portuguesa	Em vias de adesão	–
Núcleo Museológico Termas de São Pedro do Sul	–	São Pedro do Sul	Termaistur, EM SA	Não integra	–
Associação Humanitária de	–	Vila Nova de Tazem	Bombeiros Voluntários de	Não integra	–



Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem			Vila Nova de Tazem		
Agromuseu Municipal Dona Julinha	-	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	Não integra	-
Centro Interpretativo da União das freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo	-	Fornos de Algodres	Junta de Freguesia de Fornos de Algodres	Não integra	-
Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo	-	Figueira de Castelo Rodrigo	Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Não integra	-
Coleção visitável Fundação Mata do Buçaco	-		Fundação Mata do Buçaco	Não integra	-
Núcleo Museológico da Educação	-	Vila Nova de Poiares	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	Não integra	-
Moinho do Papel	-	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	Não integra	-

### 3. NOVOS MUSEUS E RESERVAS MUNICIPAIS DE ARQUEOLOGIA

No âmbito da Estratégia Regional de Cultura 2030 foi proposta a criação de linhas de investimento para a diversificação das estruturas museológicas, colmatando algumas carências em áreas temáticas nas quais pode, a região, assumir maior protagonismo. Paralelamente, atendendo à riqueza patrimonial da Região, considerou-se a necessidade de investimento no domínio específico do património arqueológico, nomeadamente, através da criação de Reservas Municipais de Arqueologia, com áreas de exposição de longa duração, para as quais seria de consignar linhas de investimento específico.

Neste sentido, o inquérito relativo a “**Novos Projetos Museológicos**” pretendeu realizar um levantamento à luz das estratégias municipais de cultura de cada Município e identificar um conjunto de projetos estruturantes que consubstanciem e qualifiquem o tecido museológico da Região Centro e cujos resultados importa analisar.

Partindo precisamente da análise do **enquadramento dos novos projetos nas estratégias e políticas culturais do município proponente**, constata-se, de forma quase unânime, que os respondentes entendem os seus projetos como uma forma de reforçar a identidade cultural do território, aumentar a oferta cultural e promover a valorização e preservação do seu património, mas também como um meio importante para potenciar o desenvolvimento económico do território.

No que concerne à caracterização da entidade museológica a criar, **55,9% dos respondentes pretendem criar um Museu**, 17,6% pretende desenvolver um Centro Interpretativo e 14% dos respondentes pretendem desenvolver um Núcleo Museológico. 11,8% dos respondentes referem que o projeto está “ainda em estudo” ou é “indefinido”.

Quanto às áreas temáticas, a grande predominância prende-se com a criação de **museus História/Arqueologia (32,4%)**, sendo ainda de ressaltar a Etnografia (17,7%), a Arqueologia Industrial (14,8%) e a Arte (11,7%). Os Museus Misto/Pluridisciplinar (11,7%), de Arte Sacra (8,8%) e Património Imaterial (2,9%) são os menos expressivos no conjunto de intenções.

Complementarmente, analisada a caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar, verifica-se particular predominância de **Bens culturais de âmbito etnográfico (26,5%)**, **Bens culturais relacionados com Arqueologia Industrial (20,6%)** e **Bens culturais arqueológicos (20,6%)**. Com menor expressão salienta-se a existência de acervo documental e fotográfico (11,8%) e Arte Sacra (11,8%).



Analisando os dados obtidos no que concerne às instalações do futuro museu e respetiva afetação a áreas funcionais, verifica-se que **76,5% referem-se à adaptação de espaços já existentes** e 8,8% referem-se à construção de novos espaços. Em 14,7% dos casos, as instalações ainda estão em estudo. Fruto, contudo, da informação disponibilizada não foi possível realizar uma caracterização rigorosa das instalações a consignar, informação que resultará, naturalmente, da elaboração dos Programas Museológicos e projetos de arquitetura que, nesta fase, são ainda inexistentes ou demasiado embrionários.

De resto, esta questão adquire particular evidência quando analisadas as respostas sobre as estratégias funcionais já definidas, designadamente nos domínios do estudo e investigação, incorporação, documentação, conservação, exposição e educação (áreas chave para o desenho de qualquer projeto museológico). Ora, à data da realização dos inquéritos verifica-se que **mais de 80% dos respondentes refere “não aplicável à data” ou “em estudo”**, significando, naturalmente, a necessidade de elaboração futura dos Programas Museológicos que vão sustentar o desenvolvimento dos projetos.

Do mesmo modo, verifica-se a ausência de Programas Museológicos quando os respondentes são questionados sobre a identificação dos principais públicos do novo projeto museológico. **Mais de 90% dos respondentes referem “Público Geral”**, havendo alguns que respondem “não aplicável” pelo facto de os projetos se encontrarem em fase bastante embrionária. Ora, sendo o estudo e prospecção de públicos um domínio estruturante para a definição das várias estratégias funcionais a desenvolver e considerando-se (cada vez mais) que o conceito de “público geral” deve dar lugar a estratificações claras de diferentes tipologias de públicos (que terão também diferentes necessidades de acesso a informação), é da maior relevância promover esta reflexão em sede de elaboração do Programa Museológico.

Quanto à natureza específica do investimento a realizar, por áreas de intervenção, verifica-se que:

- 64,7% apresenta custos de construção ou readaptação de instalações, incluindo equipamentos de controlo de temperatura e humidade relativa;
- 58,8% apresenta custos relacionados com o desenvolvimento de projetos de investigação necessários ao desenvolvimento do Programa Museológico no domínio do estudo e investigação de coleções, inventário e documentação, conservação, exposição e educação;



- 64,7% refere custos relacionados com a implementação do projeto museográfico (exposições de longa duração) incluindo custos de conceção, design e produção e mobiliário adicional de funcionamento;
- 44,1% refere custos com projetos no domínio da transição digital, incluindo digitalização de acervos e visitas virtuais;
- 52,9% apresenta custos com projetos e campanhas de comunicação e divulgação, incluindo websites;
- 44,1% menciona custos com aquisição de equipamentos técnicos e mobiliário de reservas;
- 50% apresenta custos relacionados com ações de restauro dos bens culturais existentes;
- 38,2% apresenta custos com aquisição de equipamentos e mobiliário para o centro de documentação;
- 50% apresenta custos com aquisição de equipamentos e mobiliário do serviço educativo e mediação cultural;
- 29,4% refere a aquisição de equipamento e mobiliário para o auditório;
- 29,4% menciona a aquisição de equipamento e mobiliário de cafeteria/restaurante.

A finalizar a análise dos principais resultados dos inquéritos, devemos evidenciar duas questões que determinarão, claramente, a qualidade e o futuro dos projetos propostos: recursos humanos e recursos financeiros.

No que concerne aos **recursos financeiros a afetar após abertura do museu**, por área/função museológica (estudo e investigação; inventário e documentação; conservação; interpretação e exposição; educação), **devemos referir que 22 entidades (64,7%) não responderam a esta questão**. Dos que responderam, apenas 5,9% dos respondentes fizeram referência clara ao montante a afetar a cada área ou função museológica. Em 29,4%, as respostas apresentadas foram uma estimativa global de montante a afetar, que varia entre os 5.000,00 € (valor manifestamente insuficiente) e os 100.000,00 €.

No que concerne aos recursos humanos que serão responsáveis pela criação do museu, verifica-se que as equipas são, globalmente, multidisciplinares, sendo que em 32,3% dos respondentes a equipa é constituída por técnicos superiores das respetivas Câmaras Municipais e em **14,7% dos casos a equipa responsável é de contratação externa**. **29,5% dos respondentes referem uma equipa “mista”** que inclui técnicos superiores das tutelas e investigadores externos (na sua grande maioria com ligações a universidades). Verificou-se que em 29,5% dos casos não existe, ainda, uma equipa definida.

Não deixando de referir a necessidade de cruzar esta informação com a realidade e fragilidade de recursos humanos que se verifica nas entidades existentes, considera-se, desde já, que a eventual análise de novos projetos museológicos deve implicar uma rigorosa análise da equipa a afetar ao projeto (quer na fase de desenvolvimento, quer após a abertura), em termos quantitativos e, bem assim, de

perfis e categorias profissionais, de modo a aferir sobre as reais condições que serão criadas para que as futuras instituições cumpram, efetivamente, a sua missão e as funções para as quais são criadas.

### **3.1. Linhas de Investimento**

À luz dos resultados e análise qualitativa e quantitativa dos inquéritos e atendendo ao conhecimento profundo da realidade museológica regional, no âmbito do domínio estratégico “**Criação de Novos Museus e Reservas Municipais de Arqueologia**” são propostos dois eixos de investimento:

1. **MUSEUS E CENTROS DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL** – considerando linhas de investimento para a diversificação do setor museológico da Região Centro, colmatando carências em áreas temáticas nas quais pode, a região, assumir maior protagonismo, nomeadamente, no domínio dos Museus de Ciência e História Natural, Museus de Arte Contemporânea, Património Industrial, Museus de Território e Ecomuseus; considera-se igualmente relevante prever a necessidade de desenvolvimento de Centro Interpretativos, se associados a sítios arqueológicos e desde que cumprindo as mesmas funções museológicas e quesitos que estão previstas para os museus;
2. **RESERVAS MUNICIPAIS DE ARQUEOLOGIA** – em alinhamento com a “Estratégia Nacional para a Arqueologia” (em desenvolvimento pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 11141/2020, de 12 de novembro) e, mais especificamente, com a necessidade de implementar uma **Rede Nacional de Reservas Arqueológicas** que tem subjacente uma lógica de articulação e gestão partilhada que envolva as instituições do Estado da área da cultura, os municípios e outras entidades públicas ou privadas. Pretende-se que esta Rede Nacional fique responsável pela gestão de espólios arqueológicos, incluindo os de índole antropológica, como definido pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em vigor. Ora, atendendo à riqueza patrimonial arqueológica da região, é da maior relevância a implementação de linhas de investimento financeiro que promovam as condições necessárias para a criação de **Reservas Municipais Arqueológicas na Região Centro**, que permitam o acesso ao espólio para estudo, investigação e divulgação do trabalho que decorre de qualquer intervenção arqueológica. Como é defendido na “Estratégia Nacional para a Arqueologia” é cada vez mais urgente envolver os municípios na gestão dos espólios e dos sítios arqueológicos, promovendo para o efeito a reabilitação de edifícios históricos ou relacionados com a Arqueologia Industrial. Neste sentido, este eixo de investimento deve ser articulado com o “Plano Estratégico Regional para a Reabilitação,

Conservação e Valorização do Património Cultural da Região Centro. Mapeamento 2030”, assegurando, por exemplo, que os investimentos a realizar no contexto deste plano possam implicar a “adaptação/reabilitação de edifícios e espaços classificados já existentes que poderão, assim, mediante estas novas utilizações ganhar uma nova dinâmica. Será uma forma de reabilitar e conservar património e, ao mesmo tempo, dar-lhe uma vivência contemporânea ao dotá-lo de novas valências” (Estratégia Nacional para a Arqueologia, pg. 49).

Como já foi referido a propósito do domínio estratégico anterior, a cada um destes eixos de investimento deverá corresponder um Aviso para apresentação de candidaturas devidamente enquadrado, em função da natureza específica do investimento, num dado “Eixo Prioritário”, “Objetivo Temático” e “Prioridade de Investimento” que virá a ser definido em conformidade com o desenho do próximo PO Regional do Centro. A Direção Regional de Cultura do Centro está disponível para contribuir, de modo ativo, não apenas na construção destes Avisos (designadamente, no que diz respeito a uma definição clara e precisa da “Tipologia de Intervenção”, da “Tipologia de Ações/Operações”, do “Regulamento Específico” e dos “Indicadores de realização e de resultado) como, igualmente, em momentos posteriores, de avaliação das operações propostas e eventual parecer, atendendo, sobretudo, aos critérios de elegibilidade que seguidamente se apresentam e que consideramos da maior relevância para a avaliação do grau de maturidade das propostas e, sobretudo, do impacto e importância que os projetos terão, efetivamente, na qualidade global do setor museológico regional e na manutenção futura dos padrões de qualidade que se esperam destas operações.

### 3.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade

No âmbito do domínio estratégico “Criação de Novos Museus e Reservas Municipais de Arqueologia”, composto por dois eixos de investimento (“Museus e Centros de Interpretação Patrimonial” e “Reservas Municipais de Arqueologia”) propõe-se que para além dos habituais “Critérios de elegibilidade dos beneficiários” e “Critérios de elegibilidade das operações” os Avisos a criar considerem os seguintes “Critérios Técnicos de Elegibilidade”:

1. Apresentação do “**Plano Estratégico Municipal de Cultura e Educação**”, onde seja referido claramente o projeto a propor no contexto do Aviso, devidamente enquadrado na estratégia cultural do Município;



2. **Apresentação do Documento Fundador do Museu**, aprovado em Assembleia Municipal ou Assembleia Geral (dependendo da natureza da tutela) no âmbito do qual a entidade de tutela manifesta formalmente a intenção de criar o museu, define o respetivo estatuto jurídico e compromete-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respetiva sustentabilidade.
3. Apresentação do “**Programa Museológico**” que integra obrigatoriamente os seguintes elementos: denominação do museu; definição dos objetivos dos museu; identificação e caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar em função da sua incidência disciplinar e temática; formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo, investigação, documentação e inventário (com descrição do sistema de inventário em uso), Políticas de Gestão de Coleções, Conservação e Incorporação, Programa de Exposição e Educação; identificação dos públicos; indicação das instalações e a afetação a áreas funcionais; condições de conservação e segurança; recursos financeiros alocados; pessoal e perfis profissionais correspondentes.
4. Apresentação dos seguintes **documentos aprovados pela Câmara Municipal ou Direção** da entidade tutelar (conforme o caso): “Política de Gestão de Coleções”, “Regulamento ou Normas de Conservação Preventiva”, “Plano de Atividades e Orçamento do Museu”, “Plano de Segurança”, “Plano de Exposições” que contemple, designadamente, exposições permanentes, temporárias e itinerantes (curto, médio e longo prazo) e Projeto Educativo e de Mediação Cultural;
5. Declaração de intenção de adesão à **Rede Portuguesa de Museus**;
6. Apresentação dos **Recursos Humanos (com Curriculum Vitae anexo)** afetos ao desenvolvimento do projeto e, após abertura, ao funcionamento da instituição museológica, designadamente do(a) Diretor(a) do Museu (a quem compete dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades) e demais pessoal devidamente habilitado;
7. Apresentação de Declaração relativa ao **enquadramento orgânico do Museu** na estrutura da entidade que tutela a instituição;
8. Apresentação do **Regulamento do Museu** que deverá contemplar, entre outras, as seguintes matérias: Vocação do museu; Enquadramento orgânico; Funções museológicas; Horário e regime de acesso público; Gestão de recursos humanos e financeiros;



9. **Declaração relativa aos recursos financeiros** especialmente consignados à atividade do Museu, adequados à sua vocação, tipo e dimensão, suficientes para assegurar a respetiva sustentabilidade e o cumprimento das funções museológicas após a abertura;
10. **Memória Descritiva das instalações** consignadas ao Museu e ao cumprimento das respetivas funções museológicas, designadamente de conservação, de segurança e de exposição, ao acolhimento e circulação dos visitantes, reservas, serviços técnicos e administrativos, biblioteca ou centro de documentação e áreas destinadas a atividades educativas ou de mediação cultural;
11. **Pareceres obrigatórios: Rede Portuguesa de Museus (criação de museus) e DGPC (criação de reservas museológicas).**

A análise rigorosa destes critérios técnicos permitirá aferir e graduar a qualidade técnica do projeto e, bem assim, analisar o impacto da operação no processo de requalificação do setor museológico da Região Centro, que se pretende seja duradouro e consistente, de modo a contribuir para a efetiva afirmação da qualidade do tecido museológico regional e, nesses termos, para os grandes objetivos de desenvolvimento da Região Centro para a próxima década.

### 3.3. Mapeamento de Projetos de criação de novos Museus

Decorrente do inquérito “Novos Projetos Museológicos” foi possível identificar um conjunto de intenções de investimento manifestadas por diversas tutelas, sendo que o atual Mapeamento não esgota, por certo, os projetos que possam vir a ser apresentados/desenvolvidos aquando da abertura do respetivo Aviso.

Devemos salientar que a listagem que se segue não reflete, atende ou responde a qualquer um dos “Critérios Técnicos de Elegibilidade” apresentados no ponto anterior, dado que não competia, no contexto deste levantamento, proceder a análises desta natureza e dimensão.

Nesta fase, a intenção do inquérito foi, tão só, realizar o levantamento das intenções de investimento e não analisar e graduar as propostas apresentadas.

Deste modo, em contexto de análise das candidaturas os Critérios Técnicos de Elegibilidade deverão ser aplicados e analisado, rigorosamente, o seu cumprimento, de modo a graduar os investimentos propostos e verificar o respetivo grau de maturidade e impacto futuro do investimento.



Nestes termos, apresenta-se seguidamente a listagem de projetos submetidos no contexto do Inquérito “Novos Projetos Museológicos”.

MUSEU	ÁREA TEMÁTICA	CONCELHO	PROPRIEDADE	ESTIMATIVA INVESTIMENTO
Museu da Nazaré	Etnografia, Arqueologia	Nazaré	Câmara Municipal da Nazaré	5.000.000,00€
Museu da Cerâmica	Cerâmica	Caldas da Rainha	Câmara Municipal das Caldas da Rainha	7.000.000,00 €
Museu Experimenta Paisagem	Pluridisciplinar; Arte Contemporânea; Património material e imaterial - Ecomuseu	Projeto desenvolvido por um consórcio de cerca de 30 Municípios, que contará com a parceria da Direção Regional da Cultura do Centro, Turismo Centro de Portugal, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Universidade de Coimbra (DARQ), Universidade de Évora (CHAIA) e Universidade do Porto (FEUP)		6.000.000,00 €
Centro de Arte Contemporânea de Coimbra	Arte Contemporânea	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	18.500.000,00 €
Museu de Arte e Colecionismo de Cantanhede - MACC	Pluridisciplinar	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	1.900.000,00 €
Museu do Barrete	Arqueologia Industrial, Património Cultural Imaterial	Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	280.000,00 €
Museu da Língua Portuguesa	História	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	15.000.000,00 €
Museu do Têxtil e Lanifícios - Fábrica da Várzea	Arqueologia industrial	Castanheira de Pera	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	–
Museu da Medicina – Faculdade de Medicina	Ciência	Coimbra	Universidade de Coimbra	920.000,00 €
Museu de Botânica – Jardim Botânico (Laboratórios do Colégio de S. Bento)	Ciência	Coimbra	Universidade de Coimbra	415.000,00 €
MAV – Museu de Albergaria-a-Velha	Pluridisciplinar	Albergaria-a-Velha	Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha	4.823.140,00 €
Museu da Cidade	Arqueologia, História	Trancoso	Câmara Municipal de Trancoso	5.227.900,00 €



Museu Nacional da Floresta	Património histórico-cultural e natural	Marinha Grande	Câmara Municipal da Marinha Grande	11.722.150,00 €
Museu da Cultura Judaica de Travanca de Lagos	História	Oliveira do Hospital	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital	588.000,00 €
Museu de Arte Naïf de Sátão	Arte Naïf	Sátão	Câmara Municipal de Sátão	350.000,00 €
Museu do Baixo Mondego	Etnográfico	Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	272.500,00 €
Museu de Arte Sacra de S. Vicente da Beira	Arte Sacra	Castelo Branco	Câmara Municipal de Castelo Branco / Santa Casa da Misericórdia	324.500,00 €
Museu do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital	Etnografia, História	Oliveira do Hospital	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital	2.000.000,00 €
Museu do Brinquedo do Caramulo – Tondela	História	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	1.408.200,00 €
Museu Pedro Cruz	Arte Sacra	Pedrógão Grande	Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande	82.667,00 €
Museu do Ouro e da Relojoaria	História	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	350.000,00 €
Museu Carlos Reis - Núcleo de Pintura Serrana	Refuncionalização do atelier de pintura e aquisição de equipamento de apetrechamento do espaço adjunto.	Lousã	Câmara Municipal da Lousã	175.000,00 €
Museu Mário Silva	Arte, História	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	350.000,00 €
Museu Etnográfico e Rural de Cantanhede	Etnográfico	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	600.000,00 €
Museu da Educação e da família	Etnografia, História	Vila Nova de Poiares	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	2.500.000,00 €
Museu João Brandão	Sem informação	Tábua	Câmara Municipal de Tábua	1.450.000,00 €
Casa-Museu Dr. António José de Almeida	História	Penacova	Câmara Municipal de Penacova	639.375,00 €
Casa Jaime Cortesão	História	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	2.000.000,00 €



Museu do Linho	Etnográfico	Viseu	Câmara Municipal de Viseu	–
Museu do Minério de Queirã	Arqueologia Industrial, História	Vouzela	Câmara Municipal de Vouzela	–
MTEP / MuTeP– Museu do Território Portomossense	Etnografia	Porto de Mós	Câmara Municipal de Porto de Mós	–
Núcleo do Carro Elétrico (NCE) - Museu Municipal de Coimbra	História	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	2.900.000,00 €
Núcleo da Coimbra Judaica - Museu Municipal de Coimbra	História	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	4.000.000,00 €
Núcleo Museológico "Fábrica de Cerâmica Oliveira Rocha"	Arqueologia Industrial	Oliveira do Bairro	Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	930.000,00 €
Núcleo Museológico de Arte Sacra - NMAS	Arte Sacra	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	140.000,00 €
Núcleo Museológico de Miranda do Corvo	Arqueologia	Miranda do Corvo	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	500.000,00 €
Pólo Museológico de Tentúgal	História, Arte Sacra	Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	200.000,00 €
Pólo Museológico do Museu do Campo	Etnográfico			500.000,00 €
Pólo Museológico de Arazede - Museu da Gândara	Etnográfico	Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	500.000,00 €
Centro Interpretativo do Queijo Serra da Estrela	Etnografia, História	Tábua	Câmara Municipal de Tábua	540.000,00 €
Centro Interpretativo da Cultura Moçárabe - Lourosa (CICML)	História	Oliveira do Hospital	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital	1.678.800,00 €
Centro Interpretativo da Estância Sanatorial do Caramulo	História	Tondela	Câmara Municipal de Tondela	730.000,00 €
Centro de Interpretação António Menano	Património Imaterial	Fornos de Algodres	Câmara Municipal de Fornos de Algodres	60.000,00 €
Centro Interpretativo da Malhada	Etnográfico	Ílhavo	Câmara Municipal de Ílhavo	1.500.000,00 €
Centro Interpretativo da	Património	Tondela	Câmara Municipal de	415.000,00 €



Louça Preta de Molelos	industrial		Tondela	
Centro de Interpretação do Acidente Aéreo da Serra do Carvalho	História	Vila Nova de Poiares	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	200.000,00 €
Centro Interpretativo da Pedra	Pluridisciplinar	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	750.000,00 €
Centro Interpretativo da Doçaria de Coimbra	Pluridisciplinar	Coimbra	Câmara Municipal de Coimbra	250.000,00 €
Centro Interpretativo do Alto do Calvário	Arqueologia, História, Arte Sacra	Miranda do Corvo	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	300.000,00 €
Centro Interpretativo do Vinho e da Vinha do Sicó em Lamas	Sem informação	Miranda do Corvo	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	425.000,00 €
Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico de São Simão	Arqueologia, História	Penela	Câmara Municipal de Penela	–
ARHK - Espaço de Memória	Etnografia, Arquitetura, Arqueologia, Engenharia	Ovar	Câmara Municipal de Ovar	850.000,00 €
Espaço Memória Tabuense	Pluridisciplinar	Tábua	Câmara Municipal de Tábua	685.000,00 €
Casa de Alice Sande	Pluridisciplinar	Góis	Câmara Municipal de Góis	914.270,00 €
Casa d'Aldeia de Piódão	Etnografia	Arganil	Câmara Municipal de Arganil	50.000,00 €
Argus	História	Ílhavo	Câmara Municipal de Ílhavo	9.000.000,00 €
Arquivo Museu Marítimo de Ílhavo	História	Ílhavo	Câmara Municipal de Ílhavo	3.150.000,00 €
Museu Multimédia António Fragoso	Sem informação	Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	650.000,00 €
Museu de Região no Convento dos Anjos	Sem informação	Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	400.000,00 €
Ecomuseu Colmeal	Sem informação	Góis	Câmara Municipal de Góis	200.000,00 €
Museu da Mealhada	Sem informação	Mealhada	Câmara Municipal da Mealhada	750.000,00 €



Casa das Artes Martins da Costa	Sem informação	Penacova	Câmara Municipal de Penacova	408.000,00 €
Oficina do Palito	Sem informação	Penacova	Câmara Municipal de Penacova	156.735,00 €
Moinho de Marés das Doze Pedras	Sem informação	Figueira da Foz	Câmara Municipal da Figueira da Foz	697.500,00 €
Centro de Interpretação de Nuno Álvares Pereira	História	Sertã	Câmara Municipal da Sertã	–
Casa-Museu Túllio Victorino	Pintura	Sertã	Câmara Municipal da Sertã	–
Centro Interpretativo dos Sabores e Tradições	Etnográfico	Sertã	Câmara Municipal da Sertã	–
Identidade e Memória: Museu da Sertã	Pluridisciplinar	Sertã	Câmara Municipal da Sertã	–
Museu da Indústria de Leiria	Arqueologia Industrial	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	–
Museu de Arte Sacra	Arte Sacra	Leiria	Câmara Municipal de Leiria	–
Rede Polos Interpretativos da Mealhada	Sem informação	Mealhada	Câmara Municipal da Mealhada	1.300.000,00 €
Rota da Cultura Castreja e Romanização	Circuito patrimonial que abrange as dimensões culturais, turísticas, científicas e educativas.	S. Pedro do Sul	Câmara Municipal de S. Pedro do Sul	–

#### **4. REQUALIFICAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS**

As Bibliotecas Públicas, assim como as Bibliotecas universitárias ou escolares, são a base de qualquer “estratégia de longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação” (in, site DGLAB<sup>3</sup>) e desempenham um importante e imprescindível papel social, cultural e pedagógico dentro da comunidade onde estão inseridos. Espaços de acesso pleno, livre e democrático, estas instituições são, na sua génese, a resposta fundamental à promoção e desenvolvimento cultural e científico dos seus territórios, contribuindo para a democratização da cultura e o acesso à informação, combatendo ativamente assimetrias regionais e locais e contribuindo, deste modo, para a tão desejada inclusão e coesão territorial e inclusão de todos os cidadãos nesta Era da Informação e do Conhecimento.

Por seu lado, os arquivos são uma inesgotável e insubstituível fonte de informação sobre o passado das comunidades, que estimulam, a esse tempo, a compreensão do seu presente e futuro, assumindo, ainda, uma missão vital em termos de apoio à administração e à missão das organizações e das pessoas. Sendo transversais a toda a sociedade, os arquivos são o pilar primeiro da transparência administrativa, pelo que “o conhecimento e participação ativa dos cidadãos na missão e atividades dos arquivos é um passo decisivo para o seu bom funcionamento, para a eficiência organizacional e para preservação de um património que é de todos” (in, site DGLAB<sup>4</sup>).

Porém, à semelhança dos Museus, também os arquivos e bibliotecas na Região Centro encontram-se, atualmente, a necessitar de significativos processos de requalificação técnica e tecnológica e de dinamização cultural que conduzam à criação de condições adequadas ao cumprimento efetivo e integral das suas funções sociais e culturais.

##### **4.1. Linhas de Investimento**

Nestes termos, atendendo ao conhecimento da realidade regional, no âmbito do domínio estratégico “Requalificação de Arquivos, Bibliotecas e Instituições Similares” são propostos três eixos de investimento:

---

<sup>3</sup> Disponível em [BIBLIOTECAS | DGLAB](#)

<sup>4</sup> Disponível em [Arquivos DGLAB](#)



1. **REQUALIFICAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS** – onde se consideram os projetos de requalificação física, técnica, tecnológica, incluindo projetos de promoção da acessibilidade e da inclusão e projetos de gestão, conservação, restauro e preservação das coleções documentais.
2. **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL** - onde se considera o desenvolvimento de projetos de capacitação das equipas das bibliotecas e arquivos para as novas práticas de trabalho em contexto de transição digital e projetos inovadores no domínio da mediação cultural envolvendo, designadamente, a digitalização de conteúdos/acervos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de divulgação de acervo documental e projetos para o desenvolvimento de Redes Digitais de Bibliotecas e Arquivos.
3. **PÚBLICOS E MEDIAÇÃO CULTURAL** – onde se consideram projetos que reforcem a notoriedade e visibilidade das Bibliotecas e Arquivos, projetos de programação cultural e científica de promoção do livro e da leitura, designadamente, festivais literários, promoção de eventos culturais e artísticos em rede, nos domínios da literacia para o património cultural, cinema, literatura, artes visuais e performativas e multidisciplinar, projetos de Investigação científica em torno dos acervos documentais, Projetos de Comunicação, Projetos Pedagógicos e de Programação Cultural e Projetos de Redes e Parcerias que conduzam à dinamização cultural e científica dos espaços e à capacitação técnica e científica das equipas, considerando, de igual modo, projetos de inclusão social, igualdade de género, integração de pessoas de grupos sociais específicos e/ou sub-representados, valorização da diversidade cultural e reforço da coesão social.

#### 4.2. Critérios Técnicos de Elegibilidade

No âmbito do domínio estratégico “Requalificação de Arquivos, Bibliotecas e Instituições Similares”, propõe-se que para além dos habituais “Critérios de elegibilidade dos beneficiários” e “Critérios de elegibilidade das operações” os Avisos a criar considerem os seguintes “Critérios Técnicos de Elegibilidade” (entre outros a definir):

1. Apresentação do “**Plano Estratégico Municipal de Cultura e Educação**”, onde seja referido claramente o projeto a propor no contexto do Aviso, devidamente enquadrado na estratégia cultural do Município;
2. Apresentação do “Programa Técnico e Científico” que integra obrigatoriamente os seguintes elementos: denominação da entidade; definição dos objetivos culturais e científicos do projeto; identificação e caracterização do acervo; formulação das estratégias funcionais,



designadamente nos domínios do estudo, investigação, documentação e catalogação; Políticas de Gestão de Coleções e Conservação, Programa de Mediação Cultural e Pedagógica; identificação dos públicos; indicação das instalações e a afetação a áreas funcionais; condições de conservação e segurança; recursos financeiros alocados; pessoal e perfis profissionais correspondentes.

3. Apresentação dos Recursos Humanos (com Curriculum Vitae anexo) afetos ao desenvolvimento do projeto e, após a implementação e desenvolvimento do projeto, ao funcionamento da instituição, designadamente do(a) Diretor(a) da Biblioteca ou Arquivo (a quem compete dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das suas funções, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades) e demais pessoal devidamente habilitado;
  4. Apresentação de Declaração relativa ao enquadramento orgânico da Biblioteca ou Arquivo na estrutura da entidade que tutela a instituição;
  5. Declaração relativa aos recursos financeiros especialmente consignados à atividade da Biblioteca ou do Arquivo, adequados à sua vocação e dimensão, suficientes para assegurar a respetiva sustentabilidade e o cumprimento das suas funções após a abertura;
  6. Pareceres obrigatórios, designadamente, da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).
- 

Coimbra, 28 de novembro de 2022

A Diretora Regional de Cultura do Centro

Doutora Suzana Menezes